



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 3/X-2º/2010-11

1 - Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, sitas na Avenida Aliança Povo Movimento das Forças Armadas, em Cacilhas, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Dezembro e com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.2.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011";

3.2.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2011" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2011".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais: José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Miguel Ângelo Moura Salvado; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 197/X-2º), (**Conforme Anexo I**).

- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 257/X-2º), (**Conforme Anexo II**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 220/X-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Hélder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 262/X-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Menezes Ferrinho, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 313/X-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 308/X-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 309/X-2º), (**Conforme Anexo VII**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 316/X-2º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 310/X-2º), (**Conforme Anexo IX**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2010, (Ent. nº 232/X-2º), (**Conforme Anexo X**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, da eleita Senhora Maria Luisa Monteiro Ramos e por impedimento da cidadã Senhora Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e do cidadão Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI, XII e XIII**).
- O Candidato Senhor Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor Carlos Manuel Coelho Revés, e por impedimento da cidadã Senhora Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e do cidadão Senhor Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV, XV e XVI**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento da cidadã Senhora Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Senhor Luís António de Matos Vicente, da cidadã Senhora Margarida Santos Serafim e do cidadão Senhor Alain Magalhães Pereira eleito pelo PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII, XVIII, XIX e XX**).
- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor Hélder de Jesus Dias Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
- O Candidato Senhor José Manuel Vasques Godinho, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor António Frederico de Menezes Ferrinho e por impedimento da cidadã Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, do cidadão Senhor Carlos Alexandre de Melo Ohen,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do cidadão Senhor Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto e da cidadã Senhora Sónia Margarida Pereira da Cruz Mirco Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI**).

- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, do cidadão Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Senhora Luisa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXVII, XXVIII, XXIX e XXX**).

- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Senhor Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXI**).

- A Candidata Senhora Licínia Maria Barata Rafael, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, da eleita Senhora Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXII**).

- O Candidato Senhor João Ricardo Lourenço Quintino, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Senhor João Francisco Ludovico da Costa, e por impedimento da cidadã Senhora Antonieta Pereira Vaz e do cidadão Senhor Joaquim Barradas Farinha, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXXIII, XXXIV e XXXV**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Cacilhas, Charneca da Caparica, Costa da Caparica, Feijó, Laranjeiro e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor Rui Perdigão, Senhor Manuel de Passos Pacheco Simões, Senhora Patricia Rocha Brighenti, Senhora Anabela Cristina de Almeida Respeita, Senhor Antonio Júlio Mendes Pereira e Senhora Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garret, respectivamente, (**Conforme Anexo XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL e XLI**).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra a Munícipe Senhora Ermelinda Toscano.

5.1.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Ermelinda Toscano, residente em Almada:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Público, trabalhadores da autarquia e comunicação social

Muito Boa noite a todos!

No semanário Sol, edição de hoje mesmo, saiu uma notícia intitulada «Vítima de mobbing em Almada». E o que me traz aqui a esta Assembleia, em representação da Plataforma de Cidadania do Concelho de Almada, são as declarações proferidas pelo senhor vereador José Gonçalves, e Presidente dos SMAS,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

à jornalista. A serem verídicas, as suas palavras são de extrema gravidade pois, além de mentir, o senhor vereador deturpa o teor de uma sentença do Tribunal.

Mas, antes de explicar quais são as quatro mentiras proferidas pelo senhor vereador, há que explicar, resumidamente, quem é o trabalhador em causa:

Jorge Abreu entrou para os SMAS em Junho de 2002 ao abrigo de um Acordo de Actividade Ocupacional. Em Fevereiro de 2003 celebrou um contrato a termo certo e em Setembro de 2004 concorreu ao lugar de técnico superior de 2ª classe (estagiário) tendo ficado classificado em 1º lugar. No âmbito das funções que lhe haviam sido atribuídas, em Setembro de 2005 emite um parecer sobre as falhas do projecto da ETAR da Mutela, onde conclui que a obra não deverá ser aceite pela autarquia naquelas condições. Todavia, estando-se em vésperas de eleições autárquicas, a Directora do Departamento respectivo, Eng.ª Lurdes Alexandra Neto de Sousa (filha da senhora presidente da CMA) resolve, mesmo assim, aceitar a obra (com as consequências que todos sabemos: paragem das instalações durante largos meses e constantes reparações, bastante onerosas para o município). E, em Novembro de 2005, Jorge Abreu é retirado da lista de classificação final do concurso que vencera, sendo chamado a tomar posse o 2º classificado. Finalmente, em Fevereiro de 2006, foi despedido pelo então Presidente dos SMAS, Henrique Carreiras.

Passemos, agora, às quatro MENTIRAS do senhor vereador José Gonçalves

1. Mentira: «Chamámos o segundo porque esse senhor se recusou a aceitar fazer um estágio de 12 meses, depois da tomada de posse» - Jorge Abreu solicitou “dispensa de estágio”, porque satisfazia os requisitos previstos na lei, conforme assim ficou provado em Tribunal, tendo o despacho do Presidente dos SMAS Henrique Carreiras, que o retirou da lista de classificação final, sido considerado um “acto gravíssimo” e que “padecia de vício de falta de fundamentação”.

2. Mentira: «o tribunal apenas queria saber se “haveria que fazer estágio antes da tomada de posse”» - Jorge Abreu recorreu para o tribunal do trabalho (despedimento) e administrativo (concurso). Em ambos os casos ganhou em todas as instâncias, tendo a CMA sido condenada (em Dezembro de 2008) a reintegrá-lo no lugar a que concorrera — técnico superior estagiário (área de mecânica) para o departamento das ETAR — e (em Fevereiro de 2010) a pagar-lhe uma indemnização de cerca de 40.000€ por despedimento ilícito.

3. Mentira: «a Câmara pagou menos porque os serviços tiveram um entendimento diferente sobre o cálculo dos juros»

- até hoje, 17 de Dezembro de 2010, a CMA tem-se recusado a pagar a indemnização atrás referida, obrigando o trabalhador a interpor uma acção executiva em tribunal, da qual ainda aguarda decisão.

4. Mentira: «o trabalhador “está numa casa com máquinas porque é engenheiro mecânico”» - 15 meses após a sentença ter transitado em julgado, Jorge Abreu é “readmitido” em 23-03-2010, mas não para o lugar a que se candidatara, pois a filha da senhora Presidente não o permite. Esvaziado de funções, estabelecem-lhe objectivos de estágio irrealizáveis (por exemplo: trabalhar com uma aplicação informática inexistente) e deslocam-no para o depósito de água do Feijó, onde fica isolado, sem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

qualquer tarefa atribuída, num gabinete sem as mínimas condições (com um barulho ensurdecedor devido ao funcionamento das bombas elevatórias e sem isolamento térmico — uma estufa no Verão e um frigorífico no Inverno), com telefone e computador que não funcionam, entre outras ocorrências, todas facilmente provadas através de documentos, fotografias e testemunhas. Tudo isto é feito com o acordo de Ramiro Norberto (Director de Departamento) e de Paulo Gonçalves (Chefe de Divisão).

PERGUNTAMOS: O que têm a dizer, publicamente, a senhora Presidente da Câmara, o senhor Vereador José Gonçalves, a bancada da CDU e os partidos da Oposição? Não podemos pactuar. Temos de exigir o fim das retaliações sobre o trabalhador, o cumprimento integral das sentenças do Tribunal e a penalização dos responsáveis por estes actos inconcebíveis num Estado de Direito democrático. QUEM CALA, sabendo da situação, CONSENTE! Logo, É CONIVENTE!

Ermelinda Toscano, em representação da Plataforma de Cidadania do Concelho de Almada."

5.2 - Usou da palavra a Munícipe Excelentíssima Senhora Maria Isabel Cadete Laranjeiro, residente em Costa da Caparica.

5.2.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Maria Isabel Cadete Laranjeiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vimos quatro moradores apresentar o caso da ameaça de destruição dos Palheiros da Costa da Caparica, com vários munícipes, incluindo a Associação dos Amigos da Costa; a Associação de Moradores da Cova do Vapor; o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul; Comissão da Cultura Avieira, para nomear apenas alguns.

Assim que tivemos notícia desta ameaça da CostaPolis solicitámos uma reunião, uma audiência, um contacto quer com a Vereação, quer com a Junta de Freguesia, não obtivemos nenhuma resposta, até hoje, passou mais de um mês.

Tenho ouvido falar do problema do afastamento dos Cidadãos em relação à democracia e já isto é muito discutível, mas está aqui um exemplo claro de que é a dita democracia que se afasta dos Cidadãos. Parecia inacreditável que ainda se discutisse o valor patrimonial daquelas edificações. Os Palheiros estão claramente identificados na sua natureza cultural e de grande riqueza patrimonial desde a primeira metade do século passado com referências explícitas de Leite Vasconcelos ou de Veiga de Oliveira, especialmente com o trabalho da Professora Raquel Soeiro de Brito feito em 1957 e publicado em 1960, só para citar alguns nomes de investigadores. A única explicação para aquela vontade de destruição parecia ser o desconhecimento por parte da CostaPolis, da Câmara e da Junta de Freguesia. Desconheciam o que aconteceu na Costa Nova, em Mira, em Vieira de Leiria, parecia necessário organizar um Fórum onde fosse possível trazer investigadores e especialistas, mas também outros autarcas que hoje lamentam a destruição dos seus Palheiros no passado. É preciso não esquecer o que a Sr.^a Professora Raquel Soeiro de Brito disse, se não se tivessem destruído os Palheiros de Mira hoje poderíamos estar a falar de património mundial, património da UNESCO. Nesse Fórum realizado no passado dia 27 de Novembro estiveram presentes, além de cientistas e autarcas ainda outras personalidades como o Sr. Contra-Almirante José Bastos Saldanha, da Sociedade de geografia, os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Arquitectos Sem Fronteiras, o Dr. António Maia Nabais, fundador do Ecomuseu do Seixal. Como somos apatridários e não temos qualquer vontade de entrar nas disputas eleitorais quaisquer que elas sejam, acreditamos que os responsáveis vissem com bons olhos a nossa iniciativa voluntária de oferecer o trabalho que a Academia e não só, vem desenvolvendo e pode desenvolver no futuro de forma a vermos esta situação não como um problema, mas sim como uma excelente oportunidade, convidámos expressamente todas as autoridades, nenhuma participou, nem uma, ainda hoje temos dificuldade em compreender esta posição. O absurdo é particularmente surpreendente porque objectivamente aquilo que temos em mãos é um tesouro, uma riqueza. Está-se a esquecer e mesmo a tentar apagar a importância dos fundadores da Costa da Caparica, os pescadores, ignorando a enorme riqueza da sua cultura, que está enormemente desaproveitada sendo até desconhecida da maioria da população. Não compreendemos que a Autarquia, por definição a estrutura democrática de maior proximidade com os Cidadãos, não acarinhe o valor da identidade do património, do respeito às raízes culturais das comunidades. As provas do valor patrimonial dos Palheiros estão acessíveis no website: www.forumcostadacaparica.org, recusamos acreditar que os órgãos autárquicos tenham percebido esse valor, mas mesmo assim queiram destruir o que resta de um importante e valiosíssimo património."

5.3 - Usou da palavra a Munícipe Excelentíssima Senhora Catarina Manalvo, residente em Algés.

5.3.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Catarina Manalvo:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em continuação do exposto pela anterior oradora os pescadores são e sempre foram pobres, pobres entre os pobres como os caracterizou Raul Brandão. Essa é a marca cultural. Exprime-se em materiais pobres os que estão ao alcance da magra bolsa ou mesmo em material nenhum, na simples memória com a sua literatura e as suas músicas de transmissão oral. Além dos problemas de uma economia feita para beneficiar os intermediários, os pescadores vêem também a sua cultura ser menosprezada. Os proprietários dos Palheiros são pescadores, receberam deles o exemplo e o prazer de sair de casa com os pés na areia. A simplicidade, mas também a força que vem da relação directa com o natural. Vivem em casas de madeira que foram feitas como se faziam os barcos, com o mesmo princípio de adaptação à natureza tal como os barcos, diferentes conforme a configuração do areal e da rebentação. Estas casas vieram da Cova do Vapor, da antiga Lisboa Praia, foram trazidas com recurso a um outro impressionante exemplo de engenho popular, inventado pelo famoso Manuel da Fruta que transportou casas da Cova do Vapor até à Fonte da Telha sobre um carro por ele imaginado, puxado em juntas de bois alugadas na Charneca de Caparica. Este método teve tanto sucesso que foram contratados para repeti-lo em Esmoriz. Quem frequenta e caminha pelos areais da praia, sabem a mais valia que os Palheiros representam. Não havendo quem fique indiferente e não só, posso-vos dizer que são objecto de interesse de inúmeras produções de moda, video clips, de livros, reportagens em revistas nacionais e internacionais como por exemplo a Vogue Brasil e a Interior Design, Caras Decoração, Postais Ilustrados, souvenirs, cenários de telenovelas e imagine-se até imagem na galeria de fotografias no site da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Os proprietários destas casas que agora querem destruir, não pedem recursos públicos para a sua recuperação, na verdade desde 1991 que estão proibidos de fazer qualquer obra de manutenção, assistindo agora com surpresa e revolta a comentários sobre a degradação de alguns dos Palheiros, mas atenção, não estamos a falar de casas ilegais, todas elas têm a sua documentação oficial, registos na Capitania e agora é ARH Tejo. O que os proprietários propõem é serem eles a custear essa recuperação e qualificação das suas casas. Desejam que terminem a interdição sem sentido, mas querem fazê-lo respeitando as orientações técnicas que assegurem a manutenção do seu valor patrimonial e identitário de forma a garantir esse objectivo, pretendem estabelecer um acordo com a Associação de Arquitectos Sem Fronteiras de Portugal. Mais, conscientes do valor icónico desses Palheiros para a Costa da Caparica, propõem-se fazer um trabalho de reconstituição de memória registando em livro as experiências das várias gerações que habitaram naquelas casas, mas não se ficam por aqui, desse livro sairá um panfleto com objectivos turísticos criando um pequeno percurso cultural de laser, enaltecendo desta forma o potencial valorização turística, mas também cultural e social, contribuindo para uma melhor Costa da Caparica para todos os que nela vivem, os seus tempos de trabalho e lazer."

5.4 - Usou da palavra o Munícipe Excelentíssimo Senhor Pedro Gambôa, residente em Costa da Caparica.

5.4.1 - O Exm.^o Senhor Munícipe Pedro Gambôa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma proposta semelhante a esta que apontou a Dr.^a Catarina Manalvo, foi feita à Associação de Moradores da Cova do Vapor que aceitou com entusiasmo. Será que isto é novidade? A verdade é que no papel parece não haver qualquer diferença entre aquilo que propomos e os objectivos municipais. Se analisarmos o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo no Concelho de Almada, que a Câmara aprovou e publicou em 2008, não podem restar dúvidas. O quadro 1, as páginas 8 e 9, podemos ler quais são as dificuldades apontadas. Imagem não muito favorável do Concelho derivada do desenvolvimento urbano pouco controlado no passado. Conhecimento pouco consolidado e generalizado de muitas aptidões e potencialidades turísticas no Concelho, produtos turísticos pouco desenvolvidos, subaproveitamento de alguns recursos patrimoniais, animação turística pouco integrada em pacotes turísticos temáticos coerentes, fraca motivação da população para a vertente turística de desenvolvimento concelhio. Como é que a população haveria de estar motivada quando lhes destroem as marcas identitárias, o próprio património, mas no mesmo documento também são apontadas oportunidades, crescente associação lúdica, cultural, com as oportunidades que daí advêm ao nível do aproveitamento dos fluxos visitantes e turistas que frequentam locais específicos do Concelho, por exemplo a Costa da Caparica. E já na página 10, valorização crescente dos recursos turísticos ligados aos valores ambientais, culturais e desportivos na mesma página é identificada uma ameaça, lapidação crescente dos recursos naturais e culturais devido aos efeitos da pressão urbanística. Todos sabemos que o tradicional produto Sol e Mar não é suficiente nos dias de hoje caracterizados pela forte



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concorrência de todos quantos têm Sol e Mar e já não são poucos. É preciso mais, é preciso ser único, é preciso ter características distintivas, e o que temos nós além do Sol e do Mar? Obviamente e em primeiro plano a cultura, a identidade e o património. São os Pescadores e a sua cultura que desde sempre constituíram uma forte atracção de que a própria Costa da Caparica é um resultado. Ainda hoje o lançar das redes é espectáculo seguido com atenção por todos os visitantes. Regressando ao Plano Estratégico da Câmara, na página 3 lê-se, "cabará ao Concelho integrar-se vantajosamente no sistema relacional histórico de onde emergem enormes potencialidades de complementaridade, mas também de onde sopram fortes ventos competitivos" Isto é precisamente a proposta da cultura avieira que está a estabelecer uma rota turística no Tejo, voltam os pescadores e a sua cultura como tema central.

Na página 13, a indispensabilidade de um desenvolvimento turístico sustentado e sustentável baseado em políticas e práticas de permanente diálogo consensualizando com as comunidades locais e com os actores.

Na página 16, reforçar a animação turística e a oferta de módulos temáticos ao Produto Sol e Mar, densificar e diversificar o produto. Como compatibilizar uma mão que destrói o que a outra diz ser uma solução estratégica? Como compatibilizar o facto de ainda hoje no site da Junta de Freguesia da Costa da Caparica a tal que quer destruir tudo, tenha uma foto dos Palheiros com legenda "Que memória"? Que se continuarem a vender lembranças da Costa da Caparica, pratos cerâmicas, postais, etc., com pinturas e fotos dos Palheiros, que outras poderia haver? Uma miniatura da Torre das Argolas? Como compreender que não é autorizada nenhuma obra de manutenção dos Palheiros desde 1991, mas é autorizada a produtora de telenovelas a envelhecer cosmeticamente os mesmos Palheiros para servirem de cenário para um "Mar de Paixão". Nada disto parece fazer sentido."

5.5 - Usou da palavra o Município Excelentíssimo Senhor Ricardo Severino Lopes, residente em Costa da Caparica.

5.5.1 - O Exm.^o Senhor Município Ricardo Severino Lopes:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou continuar e espero terminar. Estou aqui para vos dizer que bem vistas as coisas, parece que estamos todos de acordo. Se acreditarmos nos planos oficiais, a vossa vontade é igual à nossa. Não somos um bando de jovens revoltados, com todo o respeito que a juventude nos merece. Temos a nossa profissão na qual somos respeitados, a Comissão de Cultura Avieira a Património Nacional coordena mais de oitenta instituições, coordena diversos projectos no âmbito da CCDR do Alentejo que agrupam mais de trinta instituições, de universidades a autarquias, passando pela iniciativa privada e instituições do terceiro sector. A cultura dos Pescadores é uma enorme riqueza, tem uma tradição secular, ainda por cima temos entre nós o caso singular de sermos o único ponto onde conviviam as técnicas e pescadores do Sul com as do Norte. Repito, é uma riqueza invulgar, já que a Minas da Adição na Fonte da Telha desapareceram. Minas de onde saiu o ouro para a Coroa e Ceptro de D. Dinis, temos esta infundável matéria prima que são as pessoas, a sua cultura, a sua história. O caminho é para nós muito claro, tal como é referido no Plano, acarinhar o património que seja material: casas, barcos,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

redes, mas também o imaterial igualmente consagrado pela UNESCO, como a história, a identidade, a memória, as danças, literatura, oral, etc.. Há claramente possibilidade de com este rumo que agora propomos de ligar o Concelho ao percurso turístico avieiro, que se encontra em franco desenvolvimento e que nos ligaria à realidade histórica pelo menos até Santarém. Com este mesmo rumo podemos também facilmente ligarmo-nos a uma rota turística de frente atlântica relacionando Ílhavo, Mira, Vieira de Leiria, Nazaré, Quarteira. O que venho aqui dizer a todos os presentes é que estamos aqui de boa fé, a dar a mão a todos para um processo de colaboração aberto e inclusivo, que gere bem estar e riqueza. No rescaldo do Fórum referiu-se que os académicos andavam por aí a dizer coisas, é essa precisamente a função dos académicos. Os académicos que se juntam às empresas para melhorar os nossos produtos e serviços, para internacionalizar a economia como é o meu caso, os académicos que têm ajudado a desenvolver a inovação que aliás também é referido no Plano Estratégico e nos mesmos moldes. Unir a inovação à tradição, é precisamente isso que propomos. Este rumo não é incompatível com o desenvolvimento que o Município deseja, não é incompatível com hotéis e resorts, pelo contrário, fornece-lhes contexto e conteúdo. O que vimos aqui propôr é este caminho em que académicos, autarcas, comerciantes, pescadores, enfim toda a comunidade participe na construção de um futuro humanamente rico. Requalificar e caracterizar, iniciar um percurso museológico, uma biblioteca também com especialização temática, reiniciar o rancho folclórico, repensar a oferta turística incluindo percursos temáticos previamente organizados e sustentados, aproveitar da faina o espectáculo que é e sempre foi. É este o momento de decidir. Já andamos o suficiente por estes caminhos de um desenvolvimento incharacterístico para sabermos os seus resultados, sabemos o preço social da falta de identidade, do anonimato suburbano, porquê repetir os mesmos erros? É este o momento de definir um outro rumo que passa por acarinhar e desenvolver este filão que é um verdadeiro tesouro, em vez de empurrar os pescadores para fora do centro urbano é aproveitar e apoiar a sua labuta diária, a riqueza insubstituível da sua cultura. Uni-la a tanto património disponível no Concelho. Se tivéssemos as praias desertas lamentávamos não ter o que temos. É este o momento de apostar no sentido das coisas em vez de um futuro sem sentido. É o momento de reflectir no mundo que recebemos dos nossos pais e pensar que mundo queremos oferecer aos nossos filhos, um futuro que faça sentir com o nosso passado, com as pessoas que somos, com as pessoas que queremos ser.

Termino como comecei, com um apelo à colaboração, nas palavras do Plano Estratégico de Urbanização e Desenvolvimento do Turismo no Concelho de Almada, a indispensabilidade de um desenvolvimento turístico sustentado e sustentável baseado em políticas e práticas de permanente diálogo consensualizante, com as comunidades locais e com os actores. Pessoalmente não poderia tê-lo escrito melhor."

5.6 - Usou da palavra o Munícipe Excelentíssimo Senhor Artur Gilberto Duque Lourenço, residente em Feijó.

5.6.1 - O Exm.^o Senhor Artur Gilberto Duque Lourenço:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O intuito de minha visita vai relativamente ao espaço que existe no Centro Cívico do Feijó, espaço comercial esse que não está a funcionar e no meu interesse de saber, segundo informação, vai ter que ser feito novo Edital e portanto a minha intervenção vai no intuito de saber mais ou menos o quanto tempo vai demorar a ser feito esse Edital e se terá que ser feito. Gostava de ser informado disso."

5.7 - Usou da palavra o Munícipe Excelentíssimo Senhor Padre João Luis, Paróquia da Cova da Piedade.

5.7.1 - O Exm.^o Senhor Padre João Luís, Paróquia de Cacilhas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha intervenção de hoje vem na sequência do que se passou ontem à noite da rejeição da Moção do CDS-PP e do PSD, em relação à utilização dos excedentes alimentares dos restaurantes da Cidade de Almada em relação aos mais carenciados. Falo na qualidade de Padre de Cacilhas e portanto não falo na minha qualidade pessoal, represento uma comunidade, represento a comunidade que me está confiada, não falo apenas como uma pessoa só, falo por todos aqueles que me estão confiados e garanto-vos que são muitos. E falo-vos não apenas daqueles que me estão confiados, falo-vos em nome daqueles que são os pobres que me são confiados. Falo-vos em nome das cinquenta e quatro famílias a quem assistimos mensalmente, que correspondem a cento e cinquenta e quatro pessoas. Infelizmente têm vindo a aumentar e são pessoas que os alimentos que lhes fornecemos mensalmente não chegam, chegam tarde e a más horas, fazemos a distribuição mensalmente, a Junta de Freguesia de Cacilhas é colaboradora connosco também na distribuição dos alimentos, mas o que é certo é que funcionamos de maneira diferente, chegada a dada altura os alimentos não chegam. O que se passa é que efectivamente juntamo-nos e os nossos Escuteiros, porque somos uma comunidade activa não estamos à espera que façam as coisas por nós, Graças a Deus, e a Sr.^a Presidente sabe isso e os Srs. Vereadores também pelas vezes que têm passado por lá, a comunidade juntou-se e temos estado a pensar. somos uma Freguesia composta por trinta e seis restaurantes, já os contámos, e escrevemos uma carta aos trinta e seis restaurantes pedindo-lhes que os alimentos que chega ao fim e que excedem, estamos disponíveis para os ir buscar e levá-los para o nosso Centro Paroquial, e no nosso Centro Paroquial a partir das dez horas da noite, as carrinhas do Centro Paroquial estão prontas para os nossos voluntários irem a pontos de Cacilhas como o Ginjal e outras zonas onde vivem gente que vive num submundo para fazer a distribuição desses alimentos. Não são restos, como li nalguns blogues, como li hoje infelizmente nalguns sítios de redes sociais restos alimentares e outras coisas parecidas. São alimentos. São pessoas. São pessoas que têm dignidade, são pessoas que infelizmente foram lançadas para um submundo. E creio que a Cidade de Almada tem mecanismos, acredito que hoje depois de ter feito uma ronda bastante vasta com muita gente com quem falei, com Vereadores, com pessoas das Juntas de Freguesia, com o Presidente da minha Junta de Freguesia inclusive, é perfeitamente entendível que o Concelho de Almada é um Concelho grande e que talvez seja difícil encontrar um local onde seja possível concentrar todos os alimentos e fazer uma distribuição num sítio único. Mas Almada tem instrumentos de trabalho que lhe possibilita fazer algo que talvez outras Câmaras Municipais não têm, Almada tem o CLASA que pode potenciar um trabalho que até agora



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ainda não foi feito. O CLASA reúne-se de seis em seis meses ou poucas vezes por ano, e se calhar se o CLASA se reunisse mais vezes e se potenciássemos o trabalho e se nos reuníssemos e incentivássemos um trabalho com as IPSS's e outras instituições, talvez conseguíssemos chegar mais longe e ir mais além, coisa que temos feito pouco. O CLASA deve ser um local de coesão social, coisa que não tem sido até agora. Depois temos um diagnóstico social que já foi feito e que nos permite ter o conhecimento da realidade social de Almada, que nos permite também de algum modo saber e conhecer aquilo que somos e aquilo que vemos e permite-nos também chegar mais longe. Agora, sinto que efectivamente que a proposta que foi rejeitada pode ser de algum modo, vista como ousada de mais. Mas é possível ser melhorada, é possível ser alterada, agora ser rejeitada liminarmente e pensar que e porque estou numa rua e passo por uma rua onde vejo os alimentos e sei o que é que acontece, porque janto lá e estou lá e vejo o que lá acontece. E rejeita liminarmente que esses alimentos possam ser aproveitados, isso a mim é que me choca. Era esta interpelação para que pudesse ser feita alguma coisa."

5.8 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais, Luis Filipe Pereira, Sérgio Taipas, Henrique Carreiras, Nuno Pinheiro, Miguel Salvado e Fernando Pena, o Senhor Vereador José Gonçalves e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.8.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foram aqui abordadas algumas questões que a nós nos são caras e nós não queríamos deixar de comentar.

Sobre a primeira questão acerca do trabalhador dos SMAS, nós também recebemos no nosso e-mail um artigo de um jornal, de uma Jornalista Margarida Davim, e o caso foi aqui relatado mas como isto parece ser a noite de todos os esclarecimentos, eu não queria deixar de colocar aqui uma questão que vem no artigo e que preciso de ser esclarecido, para além de todas as outras questões que com certeza vão aqui ser apresentadas. É que no artigo diz que o trabalhador está numa sala cheia de máquinas e que não admira porque o local é de máquinas, para além do ruído ensurdecador, não tem água e não tem comunicações. Peço um esclarecimento sobre esta matéria e sobre este assunto, é só o que eu queria colocar. Não posso conceber que um trabalhador no seu local de trabalho não tenha água e não tenha comunicações. Portanto, alguma coisa se passa aqui de errado.

Depois acerca da questão dos palheiros e palhotas, portanto é natural que vocês não queiram mencionar forças políticas que têm dado o seu interesse pela causa, têm todo o direito de o fazer. De qualquer modo eu estou aqui a falar em nome do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda quando soube da ameaça aos palheiros ou palhotas, nós fomos ao local, visitámos o local, fizemos fotografias, falámos com moradores, apresentámos um requerimento na Assembleia da República sobre a matéria, estamos preocupados. Não percebemos as coisas ao nível que vocês percebem nem do ponto de vista histórico nem do ponto de vista científico, agora o que nós vemos claramente é que há ali palheiros com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

muito interesse, muito bonitos, muito bem conservados. Também dissemos na altura que não compreendemos como é que alguns chegaram ao tipo de abandono, que estão a invadir nitidamente a duna, só não estão completamente submersos porque a força humana vai retirando dali a areia. Enfim há várias questões que nos parecem a nós que são importantes discutir e defender, e nós encontramos ali nos palheiros e palhotas património a ser defendido. Não atingimos que devem ser o quarenta e cinco palheiros que devam ser defendidos, até porque também vimos lá betão e também não compreendemos o que é que o betão está ali a fazer, mas nós estamos preocupados com essa questão e não somos os únicos.

Sobre a questão da Moção da pobreza, é preciso de facto esclarecer a posição do Bloco de Esquerda sobre esta matéria. Nós achamos lamentável, absolutamente lamentável, que de uma situação tão sensível, tão grave, se faça política, baixa política com esta matéria. Há um apoio que nós damos a quem necessita, que damos esse apoio, não precisamos de fazer propaganda do apoio que damos. Em Almada existem instituições que estão no terreno e que estão preocupadas com essa matéria. Nós do ponto de vista político também estamos, achamos que o que está na base, na raiz destas situações é o facto das pessoas terem perdido o seu emprego, terem perdido os seu bens, as suas casas, e nós temos do ponto de vista político, temos que resolver o problema aí, lutar pela criação de emprego, não podemos ser demagogos nesta matéria, e o Sr. Padre sabe perfeitamente bem que em Almada existe um sentido de solidariedade para com estas situações. Qual é que é a proibição que pelo facto da Moção de ontem aqui falava em desperdícios, desperdícios, estávamos a falar de bens alimentares e a Moção foi apresentada como desperdícios alimentares. O que é que impede os restaurantes de poderem fazer como o Sr. Padre aqui referiu? Nada. O que é que precisam os restaurantes? Da autorização da Assembleia Municipal para entregar os excedentes a quem precisa? Não precisam de autorização nenhuma da Assembleia, por isso nós ontem dissemos aqui claramente, nós estamos preocupados com esta situação, mas a situação dos pobres não pode ser jogada desta maneira. Isto é baixa política. Eu acho que cada vez que um Deputado Municipal estivesse a intervir fosse interpelado desta maneira devia ganhar mais um minuto no tempo. Não é o caso hoje, não preciso, mas devia ser instituído isso, porque por vezes estas interpelações levam a reacções nem sempre as mais positivas e não é bom para o funcionamento dos trabalhos. Eu por acaso tenho por norma nunca interromper ninguém quando fala aqui nesta Assembleia Municipal. Estamos aqui a falar daquilo que nós sentimos sobre os problemas, é isso que eu estou a fazer. E cada um conhece-se a si próprio e cada um sabe o que está a fazer no terreno para ajudar quem precisa. Portanto, não vamos mandar areia para os olhos de cada um. Nós precisamos em Almada de apoiar as instituições que estão no terreno e como disse o Sr. Padre, com muita razão, se o CLASA está a funcionar mal, eu sinceramente gostava de o ter visto cá mais vezes e era muito importante que viesse cá mais vezes, porque as Assembleias Municipais são anunciadas amplamente. Se o CLASA não está a funcionar bem então funcione bem. E que cumpra de facto os objectivos para o qual foi criado."

5.8.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só um lamentável equívoco é que pode levar a que o Sr. Padre João fosse levado a concluir aquilo que concluiu e nos transmitiu aqui hoje. Nós votamos contra a proposta do CDS, nunca votámos contra a solidariedade, nem o trabalho que está a fazer. Aliás, como verá pelo que vamos dizer estamos totalmente de acordo. Agora, o que é importante entender em primeiro lugar, é que nós estamos num órgão político e somos uma força política e temos uma estratégia política que entendemos essencial para resolver os problemas deste País. Portanto, vou dividir a minha intervenção em dois pontos que são absolutamente coerentes entre si. Em primeiro lugar a componente política, em segundo lugar o que é a solidariedade. As duas Moções que aqui apareceram ontem têm, e aliás quase textualmente dizendo algumas coisas que nelas vêm, têm posições que induzem uma resignação como se não houvesse alternativa a esta situação. E nós entendemos que a pobreza tem uma causa e a causa da pobreza crescente em Portugal, com o escândalo de termos quase cerca de quarenta por cento dos pobres deste País serem trabalhadores no activo, e a situação vai alastrar-se e é muito importante o que estamos aqui a discutir hoje, porque este vai ser um tema central do próximo ano. E portanto é necessário clarificar isto. Porque é que há pobres em Portugal, porque é que há desemprego, porque aí é que estão as causas da pobreza e por isso nós o que dissemos aqui e reafirmamos, é que são as mesmas forças políticas que são responsáveis pelas políticas de injustiça social, de discriminação social, de aumento do desemprego, de perda da qualidade de vida, que vêm aqui tentar substituir ao fim ao cabo aquilo que tem que ser uma garantia de direitos por um assistencialismo como esse fosse a solução política para o país. E isto nós não aceitaremos nunca. Evidentemente que enquanto nós temos a consciência de que é fundamental e necessária a solidariedade porque há pessoas em situações de vida muitíssimo difíceis. E a solidariedade sempre existiu e terá de continuar a existir, nunca a pusemos em causa. Aqui em Almada desde o 25 de Abril, até hoje, pessoas e muitas, ligadas à força política que eu aqui represento, intervieram de uma forma muito activa e construtiva em muitas Associações e muitas Instituições de Solidariedade Social para a infância, para os idosos. E a Câmara Municipal de Almada tem mantido ao longo de todos estes anos uma posição firme, uma posição clara e a posição que tem que manter, enquanto órgão do poder local no âmbito das atribuições que tem e profundamente ligada às inúmeras redes que existem neste Concelho, que são instituições sem fins lucrativos ligadas ou não à Igreja, privadas ou não, pouco importa, todos aqueles que têm feito e continuam a fazer um trabalho de verdadeira solidariedade social e não um trabalho que substitua a necessidade da existência de uma política justa por uma perspectiva de resignação e de assistencialismo como se fossemos, e foi isso que nós dissemos, nós votamos contra a proposta do CDS, porque ela se baseia em pressupostos políticos que nós não podemos aceitar, nunca votámos contra a solidariedade social, nunca votámos contra o aproveitamento de sobras. Pelo contrário a força política que eu represento sempre combateu o desperdício, e desde logo e em primeiro lugar os inúmeros desperdícios de alimentos que são feitos intencionalmente para manter políticas de preços e com tanta gente com fome, uma capitalismo selvagem faz, entre muitos mais outros, comete esse



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

crime. Nós mesmo se quiséssemos, como aqui já foi dito, proibir essa solidariedade que nunca esteve na nossa intenção, não podíamos de facto fazê-lo, porque nem temos competência para tal. E dissemos aqui e está registado e poderá ser lido na Acta, que foi precisamente no âmbito do CLASA que se não está a funcionar bem, tem que funcionar melhor, e nós defendemos que funcione melhor e de todas as redes de Instituições de Solidariedade Social neste Concelho que a Câmara ai tem que ter não a liderança do processo, não criarem os pobres lá em cima e obrigarem a Câmara a pagar a factura cá em baixo, mas como tem sido até hoje e tem que continuar a ser e tem que se desenvolver mais, a Câmara Municipal de Almada no papel que lhe compete em articulação profunda com todas as redes de apoio social que existem neste Concelho. É isto que nós defendemos ontem é isto que nós defendemos sempre e tudo o resto é intrujice política."

5.8.3 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Carreiras:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre estas questões que foram aqui colocadas pela Sr.^a Múncipe Ermelinda Toscano, poderia de facto estar a falar vinte e quatro horas, e de facto desgosta-me muito que hoje se fale tão levemente daquilo que não se conhece. Este Sr. Engenheiro Jorge Abreu, só para dar rapidamente uma ideia aos Srs. Deputados, através de um contacto do responsável máximo do Centro de Emprego em Almada, junto do nosso Chefe de Divisão de Recursos Humanos, falou-nos de um Senhor que estava no desemprego a terminar e não podia continuar que era Engenheiro Mecânico, que era uma pessoa que parecia capaz, e como nós estávamos a construir estações de tratamento de águas residuais era capaz de ser uma pessoa com interesse e nós já tínhamos entre nós entendido que mais tarde ou mais cedo tínhamos que admitir uma pessoa daquela área. Então veio o Senhor, para os SMAS. Aquele Senhor andou ao nosso colo. Isto é uma lição de vida para mim. Em primeiro lugar devia estar agradecido aos SMAS que lhe deram a oportunidade de conhecer o local de trabalho para um dia se abrir um concurso e naturalmente que à partida tinha alguma vantagem em relação a outros concorrentes, e por isso ficou em primeiro lugar. Por isso ficou em primeiro lugar. Abrimos o concurso e quando chega a altura da tomada de posse, o concurso está concluído, o Senhor não quis tomar posse. O que é eu faço? Peço ao Gabinete Jurídico que me esclareça o que é que eu faço numa situação deste tipo. E o que o Gabinete Jurídico dos SMAS me diz é que sendo assim, o Senhor não quer tomar posse, não podemos fazer mais do que isso, ele recusa-se então dá-se posse ao segundo classificado, foi o que foi feito. E este Senhor eu penso que ele está a entrar em questões pessoais, eu penso que é ele, eu cá apurarei, este Senhor está a fazer coisas, o site da múnice Ermelinda Toscano passou a dar guarida a todos os cobardes anónimos, eu quero dizer aos Srs. Deputados, que eu já fui acusado naquele site por um anónimo que já fiz quatro curas alcoólicas. Srs. Deputados eu nunca tive problemas de álcool, nem de outros, mas se os tivesse tinha que enfrentar e devia-me ter curado. Esta Sr.^a está a criar problemas no seio de famílias, da minha família, muitos problemas com o meu filho de ter que andar a travá-lo para ele não avançar para outras coisas, para não perder a cabeça. Portanto, era bom que esta Sr.^a não viesse acusar as pessoas com esta leviandade com que o faz, com que o fez hoje aqui e com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

leviandade que muita gente, aproveitando o seu site, fala das pessoas não dando o nome. A outra questão da ETAR, eu neste momento sinto que há um ataque permanente a estas áreas das estações de tratamento e uma coisa que me faz muita confusão é porque são as estações de tratamento de Almada quando nas últimas três semanas apareceram duas vezes em programas do Ambiente. Porquê? É porque estão mal geridas? É porque estão mal construídas? E é também importante dizer que não se pode falar de cor daquilo que não se sabe, é que quando se faz uma recepção provisória os técnicos têm que dizer que está em condições de fazer recepção provisória, e por exemplo a estação da Mutela, se calhar isto doeu a muita gente a determinada altura, e o Sr. Engenheiro Jorge Abreu também tem responsabilidades nisso que estava lá, a determinada altura as bombas estavam permanentemente a avariar e nós não recepcionamos, nós só recepcionamos quando as coisas estiveram em condições. Posso-vos dizer que as bombas que elevam o esgoto para o tratamento, aquilo era uma coisa que parava quase a todo o momento, a gente exigiu que fosse construídas bombas nos Estados Unidos da América e hoje estão lá, até está uma mais do que dizia o contrato, estão lá bombas que até comem pedras, Srs. Deputados. Isto é que deve doer a muita gente, e o rigor com que aquela estação de tratamento e as outras são geridas, isto faz comichão a muita gente, que esta área dá muito dinheiro, Almada podia estar na SIMARSUL. E é isto que incomoda muita gente. E devo dizer Srs. Deputados, que somos exemplo para o País. As pessoas que operam estas ETAR's em Almada, era gente que andava a limpar colectores a quem foi dada formação profissional e que hoje são eles que lá estão se lá formos agora estão lá eles a tomar conta de uma grande fábrica."

5.8.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vinha precisamente perguntar sobre esta questão, precisamente porque como disse o Sr. Deputado Henrique Carreiras eu não gosto de falar de cor, nós no grupo do Partido Socialista não gostamos de falar de cor, mas o facto é que a maneira como estas notícias apareceram nos levantou dúvidas. Eu penso que algumas o Sr. Ex-Vereador respondeu, mas de qualquer forma eu penso que há mais alguma questão. A primeira dúvida que eu tinha era precisamente se a questão da classificação no concurso e como é que ele tinha sido retirado, eu no fim fico um pouco sem perceber como é que foi esse processo de retirada do concurso e se existe documentação sobre isso uma vez que eu penso que estas questões devem ser documentadas para não haver mal entendidos e para não haver depois situações menos claras.

Depois, segundo aquilo que apareceu na imprensa, a questão que se punha era e havia uma divergência entre o próprio Engenheiro Jorge Abreu e aquilo que o Sr. Vereador Gonçalves disse, que era a questão do estágio.

Portanto, segundo a versão do Engenheiro Jorge Abreu ele teria pedido para não fazer estágio. Segundo a versão municipal ele teria recusado o estágio. A minha dúvida é o que é que era normal acontecer, se houvesse pessoas nessa situação que fizeram estágio, se houve pessoas que não fizeram, quantas fizeram, quantas não fizeram, eu penso que isto será importante termos o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conhecimento. Depois pelo que percebi houve processos contra a Câmara Municipal, portanto quantos processos foram, qual foi o resultado desses processos em que tribunais é que decorreram, se a Câmara Municipal foi condenada a pagar alguma indemnização ou não, se foi condenada, já a pagou, não a pagou, se pagou quando a pagou, eu penso que estas questões são todas questões importantes para nós sabermos para podermos passar para além da demagogia. A última pergunta refere-se à situação actual da pessoa em questão, portanto tanto quanto percebi está em estágio, acusa os SMAS de o ter colocado num estágio numa situação digamos que impossível, impossível por não ter condições de trabalho, impossível por terem fixado objectivos que de todo não eram possíveis cumprir, por estar a trabalhar com material informático que não trabalha, por lhe ter sido destinado o uso de um programa que não existe nos SMAS, portanto eu gostava de perceber se esta situação é verdadeira o que é que se passa em relação a esta situação, se a pessoa em questão tem possibilidade de fazer esse estágio ou não. Finalmente com tudo isto, eu devo dizer que não percebo nada de ETAR's e não queria falar de cor sobre ETAR's nem sobre bombas feitas nos Estados Unidos ou noutra sítio. Mas enquanto cidadão no meio deste processo todo fiquei com algumas dúvidas sobre o próprio funcionamento das ETAR's. Também como não vi as reportagens não posso responder qual a razão pela qual apareceram essas reportagens, que não vi se as reportagens tinham uma visão favorável ou não, mas enquanto cidadão deste Concelho, ainda por cima moro perto da ETAR da Mutela, portanto afecta-me alguma coisa, aquilo que eu sei é que de vez em quando não cheira muito bem, mas enfim, por exemplo aquele de Alcântara é pior. Gostava de saber qual é a confiança que nós podemos ter nessas estações de tratamento uma vez que isto é uma questão muito importante e digamos que as estações de tratamento são neste momento uma componente ambiental importante e foram uma conquista importante neste Concelho, já não destes últimos anos, mas de há alguns anos a esta parte."

5.8.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Eu não quis tirar a palavra a ninguém, nem pôr em causa a palavra, mas é importante que pelo menos todos conheçamos o Regimento e nomeadamente aqueles que não são tão assíduos derivado à sua situação na lista. Importa assim considerar o que diz o Regimento para este período "O Cidadão deve produzir uma intervenção clara e sucinta de cinco minutos." O máximo cinco minutos ..." E depois diz "no caso da Câmara Municipal ou algum Deputado Municipal desejar prestar informações ou esclarecimentos aos munícipes intervenientes será imediatamente aberto um período... com tempo global não superior a trinta minutos e distribuídos proporcionalmente", ou seja, este é o período em que tanto a Câmara se o desejar, como os Deputados Municipais se o desejarem, têm a palavra por um tempo máximo de trinta minutos. Esse tempo está distribuído, no caso do Partido Socialista tinha quatro minutos para prestar esclarecimentos aos Munícipes. Mas atenção, não era para fazer perguntas, para fazer perguntas têm outros períodos. Eu custa-me por vezes, tirar a alguém a palavra. Não é o único caso o seu, mas estes momentos também servem para que todos melhor conheçam e assim consigamos o máximo possível cumprir o Regimento que aprovámos por unanimidade."



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.8.6 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não quero vir hoje criar confusão nem quero voltar à discussão de ontem. Apenas pretendo esclarecer aquilo que é a posição do PSD. Nós não queremos nesta Assembleia estar a discutir política pura e dura como o Sr. Deputado Sérgio Taipas tanto gosta. Não vivemos com a ortodoxia da política, nem vivemos com a ortodoxia da doutrina, no entanto preocupamo-nos e todos nós temos visões políticas diferentes, é óbvio, agora o essencial são as pessoas e nisso estamos de acordo. Para nós a solidariedade não começa e acaba no combate às causas, deve ser acompanhada por políticas e práticas sociais, de tentar minorar os problemas. A Câmara não se pode demitir, não deve, nem quer, da fome e da pobreza que existe em Almada, existe pelo País, mas que também existe em Almada, infelizmente. E por isso temos que agir. A verdade é que com a Moção, nós apenas procurávamos que pudesse haver um incremento nas políticas de apoio e este projecto que está a começar a ser desenvolvido de recolha de alimentos, que todos nós comemos, porque se formos comer a um restaurante de Cacilhas, os alimentos que vão ser recolhidos são exactamente aqueles que nós também comemos, só que não foram utilizados nem vendidos e que podem ser distribuídos. Nós não queremos fazer política disto, podíamos estar aqui a noite toda a discutir as causas das políticas e as visões diferentes que temos dos assuntos, mas vamos tentar resolver a questão e só para esclarecer as mentes e para esclarecer os presentes eu passava só a ler os três últimos parágrafos da nossa Moção que são muito curtos que dizem: "Por isso, desafiamos a própria autarquia a continuar a persistir este papel solidário, ajudando na implementação de novos projectos que respondam a esta emergência social. Os anos que se avizinham não se afiguram mais prósperos – todos os indicadores o indicam – pelo que é fundamental desbloquear meios para o auxílio de quem mais precisa, ajudando a por de pé medidas face às crescentes e reais necessidades das pessoas em terem as coisas mais básicas – como roupa, comida. Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 16 de Dezembro de 2010, recomenda à Câmara Municipal que continue, e se possível, incremente o apoio que a esta causa vem dedicando." Quem não lê isto, ou aliás quem não quer ler isto é que não percebe. E foi isto que foi votado ontem. E não há que limpar a face como o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda fez, desculpe lá mas vocês também votaram contra... (votaram a favor?), mas não percebo é depois a sua intervenção em relação a este assunto. A nossa prioridade é só uma é que este projecto possa ir para a frente independentemente das nossas posições políticas. Com esta Moção está aqui esclarecida a nossa posição. Eu peço desculpa pela minha atrapalhão, mas há uma coisa que me deixa perfeitamente indignado que é, eu não sou político ou sou enquanto represento a Assembleia Municipal, mas noventa e oito por cento da minha vida não é a política e custa-me que nós em questões destas estejamos a perder tempo e não estejamos a tratar do essencial. Esquecemos um pouco as nossas divergências e preocupamo-nos com o essencial, é só isso que eu pretendo, não interessa quem é que tem mais ou menos razão. Resolvemos os problemas."

5.8.7 - O Sr. Vereador José Gonçalves



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A primeira palavra é para lamentar que questões de recursos humanos sejam colocados na Praça Pública e discutidos sem rigor, sem ponderação, em desrespeito por questões que considero fundamentais que é o respeito de personalidade de cada um de nós.

Recursos humanos exige que haja uma elevada ponderação, que haja uma reserva no tratamento destas questões. Uma vez mais lamento que se tenha trazido para a praça pública situações que devem ser tratadas de forma reservada. Sabemos que as questões de comportamento, sabemos que avaliações subjectivas, sabemos que estas matérias são hoje profundamente ponderadas, avaliadas pelo sociologia do trabalho, pela sociologia das organizações e o que hoje está aqui é um desrespeito profundo por essa nuclear obrigação de todos que é de tratarmos com reserva questões que são do foro pessoal.

Queria dizer que na nossa Câmara Municipal, nós damos especial atenção às pessoas, sempre demos especial atenção às pessoas. Temos um Serviço de Saúde Ocupacional há vinte anos a trabalhar em permanência, uma situação única onde avaliamos as condições de trabalho de todos e de cada um; Temos formação profissional dando especial prioridade às questões do comportamento e as questões do comportamento têm a ver não só da relação entre dirigentes e trabalhadores, mas entre os trabalhadores e naturalmente no desempenho também das responsabilidades que cabe a cada um. Ser responsável é ser competente no seu posto de trabalho, é ser capaz de desempenhar com mérito a sua função. Fazemos permanente ligação às organizações representativas dos trabalhadores, digam-me onde é que há uma estrutura municipal com um Vereador de ligação em permanência. Não há dia de funcionamento do nosso serviço que o Vereador de ligação não seja chamado a pronunciar-se, a conhecer, a intervir relativamente às questões das condições de trabalho. Fazemos isso, há um Vereador de ligação às ORT's e reúne com todas as estruturas sindicais independentemente do seu posicionamento, independentemente das questões que trazem para cima da mesa. Não há agenda limitada nas discussões com o Vereador de ligação. E há o atendimento dos eleitos e desde logo do eleito dos recursos humanos. Atendo todos os trabalhadores da Câmara ou dos serviços municipalizados que queiram falar comigo, que queiram colocar questões, às segundas feias à tarde, estão sempre reservadas para o atendimento reservado naturalmente para o atendimento responsável, para perceber o contexto, para poder intervir, para poder resolver. E é este aspecto que eu considero relevante neste primeira abordagem.

Segunda questão e que tem a ver com a intervenção da munícipe Ermelinda Toscano. Eu penso que já todos nos habituámos a que a Munícipe use esta forma, esta que trouxe hoje aqui de ofender, usando uma aparente postura de defesa de direitos das pessoas, postura de defesa de direitos dos trabalhadores, o que faz é precisamente o contrário. O que vem aqui é ofender as pessoas, é desrespeitar a imagem das pessoas, é desrespeitar aquilo que devia fazer em consequência daquilo que diz querer fazer. Se a democracia ainda funciona pelo menos que se ataque, mas que se dê oportunidade de defesa, e se não há oportunidade de defesa não há esclarecimento, e se não há



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esclarecimento o que temos naturalmente é uma peixeirada e se queremos a peixeirada pois nós também estamos disponíveis para a peixeirada, mas pensamos que isso não é o que é exigível às nossas responsabilidades enquanto autarcas.

Eu queria naturalmente dizer isto porque me parece que estes aspectos são relevantes para entrarmos na questão concreta é dizer naturalmente que lamentando que as questões pessoais venham para este fórum e para outros fóruns. No entanto nós não temos receio de esclarecer, não temos qualquer receio de esclarecer as questões concretas, porque desde logo há um âmbito importante das questões que se podem aqui colocar que estão decididas por entidade que pode decidir e que deve decidir, que é o Tribunal. Nós não somos Tribunal, aqui, não fazemos julgamento, pelo menos judiciais, judiciais não são de certeza. E portanto, essas matérias são reserva dos tribunais, foram decididas pelo Tribunal e portanto entre 3 de Fevereiro de 2003 e de 7 de Novembro de 2009, todos os factos e nós estamos em condições de os esclarecer, todos esses factos foram decididos pela entidade que tinha que decidir e nós como Município naturalmente que cumprimos as decisões dos Tribunais. Os serviços funcionam, os serviços informam, os nossos juristas informam mas quem é competente para decidir, quem é competente para avaliar, quem é competente para ponderar os factos e as razões e aplicar o direito são os tribunais. E portanto eu quero-vos dizer que estando disponível para dar todas as informações até 27 de Novembro de 2009, o que é importante aqui é que a última decisão do Tribunal nós cumprimos-la em dez dias. Tínhamos dez dias e cumprimos-la. E é aí que se concretiza a ponderação relativamente a este assunto e portanto nós naturalmente em 27 de Novembro de 2009 decidimos responder à questão que estava em tramitação no sentido de ponderar se o Sr. Engenheiro Jorge Abreu tinha ou não tinha dispensa de estágio. E portanto decidimos pelo indeferimento. Portanto o Engenheiro Jorge Abreu no âmbito da nossa competência e no seguimento das sentenças dos tribunais, foi-lhe comunicado e por mim pessoalmente que estávamos disponíveis para celebrar com ele contrato de estágio para cumprir sentença do tribunal, levou mais algum tempo porque foi preciso reunir duas ou três vezes com o Engenheiro para determinar a forma do contrato. Não foi fácil, mas houve, penso que nunca serei desmentido relativamente a isso, pelo menos com verdade, houve uma grande abertura uma enorme abertura para consensualizar a forma. Naturalmente que o Tribunal nos mandou pagar trinta e quatro mil quinhentos e setenta euros e quarenta e quatro cêntimos e nós pagámos e pagaremos aquilo que for decidido no cumprimento da sentença, não está em causa isso. Se a sentença mandou pagar nós pagamos, o que o Engenheiro Jorge Abreu não concordou e o seu advogado transmitiu ao nosso advogado é que os juros estariam mal calculados, pois decida-se a questão dos juros, decida-se a questão dos juros e paga-se o que tiver que se pagar. Nós Município fizemos a nossa interpretação sobre qual era o valor da indemnização e aplicámo-la de imediato, nos actos que são da decisão da Administração foram no imediato decididos. Não houve aqui qualquer decisão menos correcta. Foi transmitido ao Engenheiro Jorge Abreu que iria então iniciar um estágio de doze meses, estágio esse decidido também na sentença do Tribunal. Foi transmitido ao Eng.º Jorge Abreu que naturalmente isto não era uma reintegração, porque não foi assim que o Tribunal decidiu, porque há anos que o posto de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho que esteve em causa no concurso está ocupado e portanto está lá um colega a trabalhar há anos e portanto não havia condição de reintegrar. Agora, houve disponibilidade dos Serviços Municipalizados para encontrar um posto de trabalho adequado à função do Engenheiro para que ele desempenhe o seu estágio com mérito e possa apresentar o seu Relatório e no final do estágio possa ser decidido a sua integração definitiva, ou no caso, deseja que não aconteça, mas em teoria é possível, no caso de não ter resultados adequados, naturalmente não terá continuidade o vínculo laboral, no cumprimento estrito da Lei naquilo que é norma e naquilo que é procedimento aqui e em todo o lado. Foi encontrado para o trabalhador uma integração no nosso Departamento de Redes. O nosso departamento de redes gere toda a rede de esgotos e tem "n" equipamentos de máquinas, de estações elevatórias, de esgotos e o que nós exigimos , o que nós pedimos, o que nós formatamos em consenso com o Engenheiro Jorge Abreu, é que ele iria fazer um plano de manutenção e o seu estágio seria dedicado a conhecer as máquinas de cada um destes equipamentos, elaborar do ponto de vista técnico um projecto de manutenção e o seu relatório seria naturalmente avaliado e ponderada a sua futura integração. Não o pusemos a fazer coisa diversa da sua função pusemo-lo a fazer funções técnicas, funções que se enquadram na sua categoria profissional, numa área que o Município precisa. Se os Srs. Deputados mais à frente virem o Plano de Actividades 2011, nós temos lá o projecto de alargar a esta área a telegestão, que é uma área onde noutras frentes do nosso trabalho já está plenamente consagrada e agora queremos atingir aqui também um patamar de qualidade. Ora a intervenção, o trabalho, o estudo relativamente quer às máquinas que temos, quer ao plano da sua manutenção, é fundamental para este trabalho. E foi isso que foi exigido, foi isso que foi pedido naturalmente ao Engenheiro Jorge Abreu. Vou terminar dizendo ainda e respondendo a algumas questões concretas. O Engenheiro Jorge Abreu está desde o início do estágio num escritório que se integra no Complexo do Feijó, dos Reservatórios de Água do Feijó, é uma obra recente, é uma obra de poucos anos que tem para além dos equipamentos afectos à água dois escritórios. O Engenheiro Jorge Abreu foi colocado num primeiro, demonstrou-me a mim o incomodo por estar nesse espaço porque era mais próximo das máquinas que trabalham no Reservatório e eu decidi mudá-lo para um espaço à entrada do equipamento, que é um espaço, penso que tem todos os elementos que tem o meu, talvez um bocadinho mais pequeno, mas tem os mesmos elementos que tem o meu, tem uma mesa de reuniões, tem uma secretária, tem computador, tem telefone, tem todas as condições. Os vidros são duplos, naturalmente que a água existe na casa de banho em frente, é um reservatório de água , a água é coisa que não falta no reservatório do Feijó. Agora, o que eu queria dizer é o seguinte, eu estou sempre disponível para receber os trabalhadores. Se o Engenheiro Jorge Abreu considera que não está com condições adequadas no seu trabalho, porque razão precisa de vir para os jornais, porque razão precisa de vir para a Assembleia Municipal e não recorre ao seu dirigente máximo do serviço?"

5.8.8 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em primeiro lugar, apesar da distância política que nos separa, tivemos oportunidade de conversar com a Sr.^a Ermelinda Toscano e de tomar conhecimento das denúncias que fez, em que apresentou uma cuidadosa fundamentação e ampla documentação, e portanto perante aquilo que hoje nos foi apresentado é impossível ficar indiferente e a Sr.^a Ermelinda Toscano. Desafiou os Partidos da oposição no documento que apresentou e na intervenção que fez a tomar posição e aqui está o CDS a fazê-lo.

A verdade é que conhecemos a sobranceria da Câmara Municipal face a muitas decisões judiciais e portanto não me surpreende que mais uma vez a Câmara Municipal de Almada lide mal com uma decisão judicial contrária, mas além do mais aquilo que preocupa neste caso, é a possibilidade de estarem em causa direitos humanos elementares que não foram hoje totalmente esclarecidos, e portanto, a primeira coisa que se tem que exigir é o cumprimento imediato e limpo das decisões judiciais e afinal eu não percebo se a Câmara cumpriu sempre ou se o Município cumpriu sempre a legalidade. Porque razão foi condenado pelo Tribunal? É estranho que um Município que se mantém na legalidade seja condenado por um tribunal, mas acima de tudo exigir ao Município que em circunstância alguma haja perseguições políticas nos recursos humanos municipais.

Em segundo lugar uma resposta à intervenção que foi feita sobre os Palheiros e sobre a proposta de um percurso turístico avieiro, que muito valorizaria o Concelho. De facto só se estranharia a posição da Câmara de Almada se não se reconhecesse o desrespeito que o Município tantas vezes tem pelo património e pela memória do Concelho. E se falamos da zona da Costa da Caparica, o caso é muito gritante. Uma sede de betão desmedida que leva tudo à frente e portanto acima de tudo esta posição que a Câmara mostrou relativamente a este património, eu lamento-a como almadense e como cidadão deste Concelho.

Finalmente a questão da Moção do CDS sobre travar o desperdício alimentar. Aquilo que o CDS disse é que a Câmara Municipal de Almada como boa conhecedora que é da realidade do Concelho ou que deveria ser, a Câmara Municipal de Almada deveria coordenar, a Câmara Municipal de Almada deveria mobilizar. E o que vimos ontem desta nova maioria do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda é que aquilo que assistimos ontem e que assistimos hoje de novo é uma repugnante política de sótão, uma cegueira ideológica, um sectarismo inadmissíveis que levam a condenar cidadãos deste Concelho, famílias que atravessam grandes dificuldades, em situações de emergência, condená-los à sua situação em nome de complexos ideológicos que de todo não se compreendem. Mas mais do que não se compreendem não se aceitam porque o Município poderia, deveria e terá de ter neste aspecto um papel mobilizador e porque realmente conhece aquilo que é a realidade do Concelho. A Câmara Municipal de Almada deveria estar na linha da frente na coordenação deste projecto e neste obscuro desperdício alimentar que hoje temos e que atenta contra aquilo que é a situação de tantas famílias que sofrem no Concelho."

5.8.9 - O Sr. Vereador José Gonçalves

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Peço desculpa, não me referi às intervenções dos Srs. que trouxeram a questão dos avieiros, das barracas ou das casinhas da Costa da Caparica. O que queria dizer é que esta é uma área da jurisdição público-marítima, aplica-se nesta área o POOC Sintra-Sado e um conjunto de outros instrumentos e a CostaPolis naturalmente no desempenho das suas funções de gestão do território aplicando aquilo para que foi criada que é a renovação, a qualificação da frente marítima da Costa da Caparica, tinha em curso algumas acções de intervenção e desconhecia que ao longo do tempo de todo o tempo de intervenção se tivessem levantado questões relativas ao valor patrimonial destes equipamentos. É importante dizer que quer na discussão pública dos Planos, quer em sede de articulação da elaboração dos Planos, entidades como o Ministério da Cultura e outras entidades são chamadas naturalmente também a avaliarem e a ponderarem. Portanto, a questão do valor patrimonial não tinha surgido, surgiu quando se tomou conhecimento público das primeiras intervenções levantando este assunto. De imediato a CostaPolis com a sua Presidente, a Presidente da CCDR, decidimos que era de mandar avaliar, procurar saber de quem de facto é conhecedor do ponto de vista histórico destes elementos e fazer uma ponderação dos resultados que venham dessa fundamentação.

Portanto, é aí que estamos, aguardamos um trabalho de avaliação, de ponderação, que nos diga se de facto aquele património tem valor que justifique preservar alguns elementos, um todo, o conjunto, se acima de tudo são questões de imagem, se são questões de memória colectiva relativamente a elementos arquitectónicos, que haja outras soluções. Portanto, penso que fomos cuidados, não é um assunto que esteja a ser dirigido pela Câmara Municipal, é um assunto que está a ser dirigido pela CostaPolis, mas penso com cuidados e com ponderação devida."

5.8.10 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começava pelo mais simples dizendo ao Sr. Artur que aqui veio colocando a pergunta relativamente ao Centro Cívico do Feijó, que já foi feito um primeiro concurso para o arrendamento da casa de chá, ficou deserto e está em preparação um novo procedimento que tem a sua divulgação quer nos jornais quer por Edital. Neste momento não lhe sei dizer qual é a data, mas a divisão de património da Câmara Municipal dar-lhe-á toda a informação se a ela se dirigir. Mas é devidamente publicitado e há uma questão que também está tratada é que o edital deve ser também afixado no próprio edifício para que quem estiver interessado e passe por ali também possa saber. Queria dizer também ao Sr. Padre João, que como sabe tem na Câmara um parceiro, tem na Câmara um parceiro há longa data, há muitos anos, uma Câmara que está presente, que reconhece o trabalho do Centro Social Paroquial de Cacilhas como todos os outros, como todas as Instituições do nosso Concelho. Felizmente nós temos uma rede social muito ampla, constituída por muitas Instituições, os Organismos Desconcentrados da Administração Central, as IPSS's, as Escolas, os Bombeiros, enfim, a própria Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, somos cento e muitos a caminhar para os duzentos na rede solidária do nosso Concelho. Nós temos um Conselho Local da Acção Social, mas também temos cinco comissões sociais inter freguesias. E o Plenário da rede social, do CLASA, não pode reunir sistematicamente, reúne mais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do que de seis em seis meses, mas reúne regularmente o núcleo executivo do CLASA e reúne para tratar da articulação de várias matérias, e também como sabe temos os grupos de intervenção específica, os grupos para a deficiência, os grupos para os idosos, etc.. Portanto no nosso Concelho felizmente trabalhamos em parceria, trabalhamos em conjunto e a Câmara Municipal é um parceiro com todos os outros parceiros locais e reconhece nas instituições locais um trabalho extraordinário e por isso nunca volta costas àquilo que são as necessidades e muitas vezes é a única entidade a dizer presente relativamente às necessidades das nossas instituições locais. A questão da alienação sobrança, eu não falo em desperdícios e é exactamente aqui que reside a questão. É que a ASAE considerava que aquilo que era sobrança nos restaurantes era desperdício e então que aquilo que era alimentação sobrança não podia ser dado, não podia ser utilizado pelas instituições, etc.. Assim houve por parte da ARESP uma intervenção e penso que teve esse mérito, porque conseguiu que houvesse um acordo da ASAE no sentido de não considerar um desperdício uma coisa que é tratada de qualquer maneira e pode não ser adequada a alimentação das pessoas, mas como alimentação sobrança, obviamente que os restaurantes da nossa terra e muitos outros, sempre, sempre tiveram essa atitude generosa de dar e há muitos e nós conhecemos de dar alimentação sobrança à sonoga, à socapa, porque tinham problemas com esta fiscalização que acontecia. Agora, aproveitar isto em tempo de pobreza, porque a pobreza tem que se ter muito respeito, as pessoas pobres têm que ter da nossa parte um enorme respeito, e temos que fazer tudo para as ajudar em tempos de dificuldades grandes em que a pobreza está aí a acentuar-se. E ninguém ignorou que cada vez temos mais pobres, cada vez temos que estar mais atentos ao nosso vizinho do lado, ao nosso vizinho do prédio, ao morador da nossa Rua, às pessoas que habitam no nosso Concelho. Dando, partilhando, porque é isso que fazemos, partilhando aquilo que temos cada um de nós, partilhando também e fomentando a partilha relativamente às outras instituições e nós fazemos isso, isso é conhecido como prática desta autarquia. Agora nós também exigimos que as pensões não sejam congeladas, porque quando as pensões são congeladas as pessoas têm menos recursos para viverem, comprarem medicamentos, terem a alimentação, etc.. E naturalmente também recusamos e lutamos contra os desperdícios, a situação de precariedade, etc., que as pessoas têm é preciso dignificar as pessoas dar dignidade às pessoas e ter trabalho, é uma condição de dignidade como ter alimentação, e nós estamos todos de acordo com isto.

A Assembleia Municipal não disse que está contra os restaurantes darem alimentação às instituições, ninguém se pronunciou aqui contra esta atitude generosa de dar o que se tem, de partilhar o que se tem com os outros, eu estou na política pelos mais desfavorecidos, falo por mim, mas também posso falar por aqueles que estão na bancada do partido político a que pertença, porque se houvesse uma razão para fazer política e entrar na política foi exactamente pelos mais desfavorecidos, e o Sr. Padre João sabe bem porque me conhece. Agradeço que tenha vindo porque também nos dá a oportunidade de aqui de viva voz dizermos o que nos vai na alma. A rede solidária funciona, naturalmente que não é tudo maravilhas, todos temos dificuldades, todos funcionamos melhor aqui, pior acolá, melhor nesta rede, pior na outra, mas eu não posso deixar de dizer que há um trabalho extraordinário que é um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exemplo para o País das nossas instituições, da nossa rede solidária, e penso que somos mesmo um grande exemplo para o País. Agora quando se transforma estas coisas em política baixa, oportunismo político, demagogia, aí é que as coisas se complicam, eu tenho sido alvo não vou aos blogues porque não leio determinados pasquins, não leio porque quero trabalhar para o povo deste Concelho, porque não quero perder o equilíbrio e não quero ser perturbada e prejudicar com isso a população para a qual trabalho, cuja missão assumi de braços abertos e continuo a assumir. Até a minha opção religiosa foi posta no blogue, uma vergonha. Um carro que está na minha rua, eu sou uma Presidente de Câmara, todos os eleitos a tempo inteiro têm naturalmente por direito uma viatura para se movimentarem. Eu prescindo do motorista ao fim de semana e é-me colocado um carro da Câmara ao fim de semana para que me deslocar tendo necessidade. Eu não uso os bens da Câmara, nunca usei para coisa nenhuma, venha o primeiro a demonstrar se isso alguma vez aconteceu. Mas a vergonha vai a esse ponto de tirar uma fotografia do carro e pôr no blogue dizendo que a Presidente usa o erário público, está a beneficiar daquilo que não lhe pertence. Isto é uma vergonha, há pessoas que são más ou são doentes, se são doentes tratem-se, se são más não há nada a fazer, é preciso é desmascará-las. Eu sou autarca há trinta e um anos, nunca usei a minha família em campanha eleitoral nenhuma e também não admito que usem a minha família seja para que fins foram. E fica aqui claro, muito claro, não toquem naquilo que é mais precioso, numa mãe, não toquem, porque ai, ai, ai, eu não falo, eu deixo de falar por mim, mas no dia em que eu deixar de falar por mim deixo de ser Presidente da Câmara. Não vou deixar, mas quero deixar perante esta Assembleia de uma forma muito veemente, muito firme, com uma enorme indignação aquilo que se anda a fazer, aquilo que algumas pessoas más, pessoas de mau intimo, mal formadas, que não fazem outra coisa na vida senão andar atrás das canelas de cada um que trabalha, é muito, é muito indigno. Eu tenho que deixar de uma forma muito veemente explicitado nesta Assembleia o que acabo aqui de dizer, é fundamental que o faça, porque eu não sou covarde e também não tenho nada a recear de dizer o que estou a dizer, porque quem assim fala tem costas direitas e não tem rabos de palha, porque se os tivesse não falava assim. Portanto, respeito é uma coisa muito importante, política com respeito, ética na política é uma questão fundamental, há trinta e um anos que sou autarca e a primeira pessoa que possa dizer, testemunhar, provar que a Maria Emilia de Sousa algum dia beneficiou fosse do que fosse deste Município. Estou de alma e coração por Almada. Sim, missão absoluta, porque os valores políticos que no dia a dia procuro pôr na prática, princípios e valores, são os mesmos que me fizeram chegar à política. São os mesmos que me fizeram chegar à política e não digo mais, muito obrigada pela vossa atenção e desculpem, enfim o calor da intervenção."

5.9 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6 - Entrou-se na continuação do Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Usaram da palavra para declarações políticas ou outro tipo de intervenções os Senhores Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Bruno Dias e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Mobilidade e o Coração da Cidade

No passado Sábado, 11 de Dezembro, o Partido Socialista realizou o II Plenário do Fórum Autárquico de Almada, nas instalações da emblemática Cooperativa de Consumo Piedense, com a participação de autarcas municipais e das várias freguesias, militantes socialistas e cidadãos independentes.

Subordinado ao tema “A Mobilidade e o Coração da Cidade” permitiu fazer um levantamento do impacto das medidas e orientações municipais no centro de Almada.

A inexistência de uma adequada estratégia de planeamento do território e da mobilidade tem permitido a acumulação de erros e agravado as condições de vida, circulação e trabalho dos almadenses.

Sendo o metro um factor potencial de bem-estar e progresso para o Concelho a gestão da sua introdução em Almada foi desastrosa. As medidas que se impunham para compensar o risco de desertificação do centro da cidade não foram tomadas.

O actual Plano de Mobilidade não satisfaz as necessidades de mobilidade dos cidadãos, para além de ter agravado as condições de circulação e estacionamento na cidade de Almada.

A pedonalização das vias principais de circulação veio a revelar-se um erro de graves consequências. Mais que áreas pedonais resultaram áreas praticamente desertas e vazias de vida, incapazes de viabilizar o comércio e as actividades económicas e culturais imprescindíveis a um centro urbano da dimensão e relevância de Almada.

Torna-se imperioso, pois, desbloquear as artérias centrais da cidade revogando imediatamente o Plano de Mobilidade XXI e abrindo ao trânsito os troços hoje parcialmente fechados.

Mesmo aqueles que foram inicialmente seduzidos pela promessa de uma zona pedonal, pejada de gente, comportando estruturas recreativas e de lazer e animação cultural num ambiente urbano qualificado, apoiado um comércio florescente, hoje rendem-se à prova do tempo e da vida.

Não resultou.

O Centro de Almada está o morrer e exige de todos acção.

Da câmara exige-se a humildade de aceitar que errou e arrepiar caminho."

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou ser muito breve e fazer apenas uma referência à intervenção que o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão acabou de fazer, em pouco tempo tal como também usou pouco tempo porque em boa verdade nenhum de nós tem nem muito nem pouco. Eu quero só dizer o seguinte, o Sr. Deputado Municipal acabou de trazer uma reivindicação a esta Assembleia Municipal no sentido que seja aberta ao trânsito de uma forma plena e integral o eixo central da Cidade de Almada a bem do comércio local do Concelho e daquela zona em particular e da mobilidade. Sobre isso eu gostaria de dizer apenas três coisas. Em primeiro lugar que um factor decisivo para a mobilidade na Cidade e no Concelho, seria de facto uma medida de acessibilidade aos transportes públicos que continua por desenvolver apesar das reiteradas reivindicações da população que é o passe social dando direito a utilizar o Metro Sul do Tejo sem custos acrescidos para as populações, e essa é uma medida que o Governo continua a não tomar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois para aqueles que, até por opção de vida continuam a recusar utilizar os transportes públicos, que é uma atitude condenável mas que não dá direito a cadeia, mesmo esses cidadãos podem, que eu saiba pegar na sua viatura e dirigir-se por exemplo ao parque de estacionamento que era o antigo stand da Citroën, ali na Avenida D. Afonso Henriques, estacionar o seu automóvel ou da pessoa que lhe o emprestou, e ir às compras à vontade. E depois pega nos sacos e vai com as compras e mete os sacos dentro do carro e vai-se embora. E isto eu diria que será mais cómodo para o cidadão, do que a situação que existia há dez anos atrás em que não havia sequer lugar para estacionar e havia automóveis em segunda fila que nem deixavam passar o trânsito no eixo central de Almada que os Srs. dizem agora querer libertar. E portanto, há aqui uma contradição, e é uma contradição estratégica do ponto de vista do desenvolvimento local que é, eu diria semelhante aquela de um Partido que no passado defendeu a mesma coisa que agora está a defender e o contrário, quando se insurgia perante a passagem de autocarros naquela mesma zona e que exigia que os autocarros deixassem de lá passar. Portanto, é preciso que haja uma posição de firmeza quanto aos objectivos essenciais e de flexibilidade, de abertura, quanto à forma mais correcta e mais eficaz de os implementar. Essa tem sido a opção na prática e a atitude do Município de Almada, flexibilidade e abertura quanto à forma como os objectivos são implementados mas em relação a essa matéria nós consideramos que há muitas formas de apoiar o comércio local, muitas têm sido levadas a cabo pelo Município e mais uma que valia a pena levar a cabo que é revogar o Decreto-Lei que permite a abertura das grandes superfícies ao domingo, que na próxima semana por opção do Governo foi adoptado e que vai ser discutido por acção do PCP que recorde-se que há poucos meses atrás o PS foi o único Partido que não acompanhou a CDU ao pronunciar-se na condenação dessa medida. E portanto, é bom que estejamos todos com o comércio local nas diversas opções e todos com a mobilidade da população de uma forma estratégica e de uma forma coerente."

6.1.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias e não posso deixar de manifestar a mais profunda discordância. De facto o que está em causa é uma ideia de cidade, e a ideia de cidade que o PS defende não é a ideia de cidade que o Sr. Deputado Bruno Dias quer imputar ao PS, entre uma e outra visão há uma enorme distância. O PS não defende que Almada se situe num paradigma de estacionamento e circulação selvagem de predomínio desordenado do automóvel. Pelo contrário, o PS defende que Almada haja espaços planeados geridos adequadamente e integrando de forma harmoniosa as várias valências e as várias utilizações. O que para o PS é evidente e não é só evidente para o PS, é evidente para a generalidade dos Municípios de Almada é que a opção que foi tomada é profundamente errada. Nós não somos contra espaços pedonais, o que nós achamos é que uma cidade não pode ter como espaços pedonais as artérias principais de circulação. E não é uma questão de opinião, a prova está feita, Almada está a morrer, não é o PS que diz, são os municípios de Almada. Se a CDU considera que a situação actual é uma situação correcta, sustentável para continuar, está no seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

direito de defender isso, agora aquilo que eu quero afirmar aqui com toda a tranquilidade e com toda a frontalidade, é que essa opção é errada. E o erro já foi perfeitamente demonstrado, e o PS vai continuar a afirmar esta ideia porque é necessário devolver vida à Cidade. Não se trata de defender um grupo profissional ou uma actividade específica, a dinamização de actividades culturais de actividades de lazer, de actividades recreativas para além do comércio são imprescindíveis, e todas essas actividades estão obviamente a ser postas em causa pelas opções tomadas que estão obviamente a trair o passado de Almada e a condenar o seu futuro."

6.1.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A ideia relativamente ao centro de Almada é uma ideia correcta o que não tem sido é acompanhada de políticas nacionais com incidência em Almada, que possibilitem a sua dinamização, o seu florescimento, porque o que aconteceu neste Concelho também aconteceu no resto do País, o que está a acontecer em Almada relativamente ao comércio tradicional é o mesmo que está a acontecer no resto do País. Se as pessoas não têm poder de compra não vão comprar, se as pessoas estão desempregadas não vão comprar. Se as pessoas estão desempregadas não vão comprar. Se as pessoas não têm uma reforma que dê para viver não vão comprar. Agora as Farmácias estão cheias de gente e vejam só, eu vou dar um exemplo, o Mercado do Natal Amigo da Terra que esteve aberto não chegou a cinco dias, por lá passaram catorze mil pessoas. Nós estamos a falar do centro de Almada, da zona pedonal, onde se realizou o Mercado de Natal Amigo da Terra, onde estiveram vendedores de artesanato, instituições sociais, etc., etc., catorze mil pessoas passaram em poucos dias pelo coração de Almada pelo centro pedonal de Almada. As pessoas andam lá, a questão é que comprar um objecto feito na base da reciclagem de materiais é muito baratinho, é preciso dar alguma coisa no Natal e se com uma carica se faz um presépio e as pessoas compram, agora, as pessoas não têm dinheiro é para ir ao Sr. Venâncio comprar mais um fato e mais umas quantas camisas, mas é fundamental que tenham, quer ao Sr. Venâncio, quer a todos os outros, é fundamental que tenham. Mas às Farmácias, quando não dá para mais nada pelo menos tem que dar para o medicamento. Mas mesmo assim ainda mal. Portanto o problema do Centro de Almada não é um problema da ideia porque a ideia está correcta. Eu também acho que estas lágrimas de crocodilo são extraordinárias, porque na volta a EDP saiu do centro de Almada, quem é que decidiu que a EDP saia do Centro de Almada? Quem foi? O Tribunal Administrativo e de Família está porque a Câmara Municipal é dona daquele edifício sem receber um cêntimo do Ministério da Justiça considerou que era importante que ali permanecesse. O Tribunal Administrativo e de Família, foi uma luta, mas depois veio a acontecer. Agora o que é que saiu do centro de Almada por decisão da Câmara? Nada, não saiu nada, nem vai sair. É que vocês já estão a inventar para os problemas de hoje aquilo que vai acontecer não se sabe quando, que é o edifício dos Paços do Concelho, diga-se Assembleia Municipal e a Câmara Municipal na entrada da Cidade, não se sabe quando, mas é uma razão para os problemas de hoje no centro de Almada, vejam o absurdo. A questão é que os Srs. não têm razões não têm matéria para contestar esta Câmara, a verdade é que os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Srs. não têm matéria e fundamentos para contestar as opções o caminho e os resultados e agarram-se ao centro de Almada, dá jeito, a crise está aí, as pessoas compram menos e naturalmente aqui sempre se capitaliza alguma coisa junto dos comerciantes. Era bom que repensassem a vossa estratégia, se quiserem estar na política de uma forma séria."

6.2 - Não havendo mais solicitações para o uso da palavra, foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

7.1 - Nos termos da decisão da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais o Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a alteração da agenda relativa ao Período da Ordem do Dia, através do aditamento de um novo número (ponto 3.3.) para apreciação da Proposta da Câmara Municipal de "Adesão do Município de Almada à Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO".

7.1.1 - Submetida a votação, foi a proposta de alteração da agenda, aprovada por unanimidade.

7.2 - A Assembleia, e também por unanimidade, aprovou abrir a Primeira Parte do Período da Ordem do Dia para apreciação do "Relatório sobre os Trabalhos e as Conclusões" da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais sobre o Funcionamento da ECALMA.

7.3 - Entrou-se assim na Primeira Parte do Período da Ordem do Dia com a apreciação do Relatório sobre os Trabalhos e as Conclusões da Conferência de Representantes sobre a ECALMA, (**Conforme ANEXO XLII**).

7.3.1 - A Mesa apresentou à Assembleia o Relatório e as Conclusões, documento elaborado pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Taipas e aprovado pela Conferência de Representantes na Reunião realizada no dia treze de Dezembro p.p. (Súmula nº 11/X-2º/2010-11), tendo o seguinte texto:

"Relatório sobre os trabalhos e conclusões da Conferência de Representantes sobre o funcionamento da ECALMA

Introdução

Por deliberação da reunião plenária da Assembleia Municipal realizada em 29 de Setembro de 2010, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o funcionamento da ECALMA foi remetida para a Conferência de Representantes com o objectivo de análise e aprofundamento das questões aí colocadas.

Neste âmbito, realizaram-se quatro reuniões de trabalho, que contaram sempre com a presença da totalidade dos representantes das forças políticas que integram a Assembleia, nos dias 20 de Outubro, 13 e 29 de Novembro (esta com a presença do Vereador Rui Jorge Martins, responsável pelo respectivo pelouro) e 13 de Dezembro, tendo-se entretanto realizado a reunião plenária específica de 12 de Novembro.

1. Contexto e pressupostos da análise



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A análise sobre o funcionamento da ECALMA que se aprofundou teve em consideração as anteriores deliberações da Assembleia Municipal relativas aos objectivos que a sua criação serve, assim como o quadro das suas competências específicas.

É reconhecido que a mobilidade motorizada tem pesadas consequências sobre o normal funcionamento das cidades e a perda de qualidade de vida dos seus residentes e utentes.

Por outro lado, a economia das cidades e o bem-estar dos seus cidadãos depende também das condições em que lhes é proporcionado o acesso.

Entendeu-se que o funcionamento da ECALMA deve ser considerado no contexto da resolução dos problemas da mobilidade urbana e da preocupação crescente com a poluição do ar, o ruído, os elevados consumos de energia, a invasão do espaço público, como os passeios, a necessidade de melhorar os transportes, assegurando o direito à mobilidade a todos os cidadãos.

Importa assim equilibrar esta situação, acolhendo experiências e ensinamentos que passam pelo incentivo à mudança modal, do transporte individual para o transporte colectivo, assim como devolver os centros funcionais aos peões, investindo em espaço público de qualidade.

Neste contexto, a problemática do estacionamento é também questão importante a considerar, cuja política tem que ser baseada na combinação de medidas relativas ao “número de lugares” colocados à disposição dos cidadãos e à “gestão” que é efectuada desses lugares através da duração, tarifação e fiscalização.

Invocam-se assim os objectivos que se encontram definidos, pois são estes que determinam os restantes procedimentos, contextualizando o funcionamento da ECALMA: a melhoria da qualidade de vida e qualificação do espaço público; a redução de emissão de poluentes e do ruído; o aumento da segurança rodoviária; o estímulo à utilização de transportes colectivos e à deslocação não motorizada; a integração do Metro Sul do Tejo.

Consideraram-se as competências que se encontram regulamentadas para a ECALMA: a gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do código da estrada e legislação complementar (no cumprimento da Lei nº 53-F/2006) e a prestação de serviços conexos com estas actividades. Compete-lhe igualmente a gestão do *Flexibus* e a identificação e remoção de veículos em ocupação indevida do espaço público, com sinais de abandono ou em fim de vida.

Consideraram-se pressupostos orientadores os objectivos gerais da política de estacionamento que se encontram assumidos:

- A melhoria e aumento da capacidade de estacionamento destinado a residentes;
- O favorecimento dos utentes de curta duração no acesso às áreas comerciais e de serviços, implicando o princípio da rotatividade;
- A dissuasão do estacionamento de utentes de longa duração, os denominados pendulares;
- A redução do estacionamento ilegal, particularmente nos passeios.



2. Síntese de referências ao trabalho produzido

Interpretando o espírito da deliberação do plenário da Assembleia, foi acordado centrar as reflexões e contributos em questões que visassem analisar o funcionamento da ECALMA com o objectivo da sua melhoria.

Foi também acordado que estas abordagens se situassem no plano político e não no de soluções técnicas, sem prejuízo da interpretação e apreciação empírica de questões e problemas concretos levantados.

Foi finalmente acordado que se produzisse um relatório reflectindo os consensos produzidos, a ser submetido ao plenário da Assembleia para apreciação e deliberação, sem prejuízo de cada força política apresentar, *de motu próprio*, outras considerações e propostas que entendesse, sem carácter vinculativo ao próprio relatório.

Não cabe aqui relatar pormenorizadamente o decurso das análises e debates produzidos, sendo de referir muito sinteticamente o seguinte.

O PSD e o CDS consideraram a sua posição de não existência de uma empresa municipal como a ECALMA, mas intervieram no contexto maioritariamente definido da melhoria do seu funcionamento.

O PS retomou as posições por si assumidas na reunião plenária de 12 de Novembro, nomeadamente repondo as propostas que aí havia colocado, afirmadas no contexto da defesa da existência de uma empresa municipal responsável pela gestão e fiscalização do estacionamento.

O BE repôs e sublinhou as questões que levantara na moção por si apresentada nas reuniões da Assembleia de 28 e 29 de Setembro, acrescentando-lhe outras, genericamente orientadas para propostas concretas de melhorias de regulamentação específica e procedimentos.

A CDU reafirmou e desenvolveu os pontos contidos na sua intervenção na reunião de 12 de Novembro, considerando que os aperfeiçoamentos constantes inerentes a processos desta natureza devem ser sempre considerados nos planos integrados de coerência que essa intervenção procurou traduzir.

O Vereador responsável pelo pelouro respondeu a questões formuladas, esclareceu dúvidas e prestou informações sobre aspectos muito diversos de funcionamento e gestão da ECALMA. Deu conta do trabalho realizado e perspectivado, considerando que o permanente acompanhamento destas questões, assim como todas as experiências recolhidas e partilhadas, colocam na ordem do dia a revisão dos regulamentos (geral e específicos) de estacionamento e circulação, cujos trabalhos decorrem. Mostrou abertura e interesse da Câmara Municipal em articular com a Assembleia Municipal o acompanhamento deste processo, ao longo de 2011.

Da análise e debate produzidos foi possível apurar os consensos que a seguir se apresentam como “conclusões”, ou seja, as propostas e sugestões que a Conferência de Representantes submete à apreciação do plenário da Assembleia Municipal.

Conclusões

Em função do anteriormente referido, e no contexto dos pressupostos considerados, foram apuradas as seguintes conclusões, tidas por mais relevantes e consensuais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobre a revisão dos regulamentos

Sendo tempo de proceder à revisão dos regulamentos (geral e específicos) de estacionamento e circulação, considera-se que, no contexto dessa tarefa a concretizar em 2011, devem ser tidos em conta os seguintes pontos:

1. Desburocratização e simplificação do processo de obtenção do cartão de residente, continuando a assegurar o necessário rigor dos procedimentos e na recolha de dados.
2. Criação de condições que permitam, sempre que possível e mediante comprovação, atender às situações de apoio a munícipes idosos ou doentes, por familiares ou instituições.
3. Consideração do alargamento de parqueamento misto, potenciando a oferta de estacionamento aos utentes do comércio e serviços.
4. Manutenção dos títulos especiais de estacionamento disponibilizados aos comerciantes e serviços para uso dos seus clientes/utentes, com generalização da sua divulgação e alargamento do seu âmbito de aplicação.
5. Melhoria generalizada da sinalização, informando correctamente os utentes sobre normas e procedimentos adequados, assim como da existência e tipo de parqueamentos.
6. Estudo da possibilidade de considerar ao nível da atribuição do cartão de residente, a relação entre a titularidade do veículo e a sua posse útil.
7. Revisão do regulamento de cargas e descargas, tendente ao reforço da criação de espaços, de modo a atender as necessidades das empresas prestadoras de serviços.

Sobre o funcionamento e procedimentos

Tendo parte significativa das reflexões incidido sobre questões que se relacionam com a intervenção concreta no terreno, consideram-se os pontos seguintes.

1. Necessidade de informação ou reinformação pública sobre a missão e objectivos da ECALMA.
2. Clarificação e publicidade das normas em vigor e dos procedimentos considerados adequados, dirigidas a moradores e utentes.
3. Prosseguimento e aprofundamento da formação inicial e permanente dos trabalhadores.
4. Reforço da orientação inequívoca aos agentes no terreno para que se aproximem sempre mais das populações, quer defendendo-as dos prevaricadores, quer explicitando a sua missão, preventiva até onde for possível.
5. Apelar à intervenção responsável e cooperante dos moradores e utentes, constituindo-se parte activa do bom funcionamento, quer pelo comportamento cívico, quer pelas sugestões, críticas ou reclamações que entenderem justificadas.

A Conferência de Representantes dá por concluído o seu trabalho, nesta fase, apresentando à Assembleia Municipal uma proposta de deliberação sobre estas matérias)."

Proposta de Deliberação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 16/17 de Dezembro de 2010, ao tomar conhecimento do relatório apresentado pela Conferência de Representantes sobre o funcionamento da ECALMA, em cumprimento da decisão da reunião plenária de 27 de Setembro, delibera:

1. Aprovar as conclusões do relatório.
2. Remeter o relatório à Câmara Municipal, para que sejam consideradas as recomendações, sugestões e reflexões nele contidas.
3. Delegar na Conferência de Representantes o acompanhamento da evolução da situação, nomeadamente os aspectos relativos à revisão dos regulamentos.

7.3.2 - No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Luis Filipe Pereira, António Pedro Maco, Sérgio Taipas e Ana Isabel Moura.

7.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Sessão da Assembleia Municipal temática sobre a ECALMA, foi convocada por iniciativa do Grupo de Eleitos do Partido Socialista. O Grupo de Eleitos do Partido Socialista tomou essa iniciativa porque entendeu que era um assunto importante para tratar na Assembleia Municipal, um assunto relacionado com as preocupações que temos relacionadas com a qualidade de vida e a gestão do espaço urbano, era um assunto que merecia uma atenção particular. Introduzimos o debate, fizemos uma proposta e referimos um conjunto de pontos. Desburocratizar a obtenção do cartão de residente foi um dos assuntos que levantámos, a revisão do regulamento reavaliando o mapeamento das zonas condicionadas, introduzir zonas de estacionamento misto, criar uma modalidade de título de estacionamento solidário que permita que filhos, parentes, amigos de idosos e doentes possam utilizar também o estacionamento para dar apoio aos seu amigos e familiares. Referimos também a necessidade de continuar a investir na formação dos agentes da ECALMA, valorizando a intervenção cívica e pedagógica obviamente sem esquecer os aspectos que fazem parte das suas funções. Estranhamento ou talvez não, a recomendação do PS que foi votado ponto por ponto por nossa iniciativa, foi recusada pela maioria actualmente existente na Câmara CDU/Bloco de Esquerda que tinha inicialmente introduzido algumas ideias que nós colhemos e integramos na nossa proposta votar contra esses pontos. De facto era já um sinal dos tempos da nova maioria que se estruturou em Almada. Hoje temos a felicidade de receber o produto do trabalho feito pelo grupo de trabalho composto pelos representantes dos vários grupos parlamentares. Neste trabalho estão contemplados muitos dos pontos que nós defendemos, que foram debatidos na Assembleia e contra os quais votaram a CDU e Bloco de Esquerda. De qualquer modo ficamos satisfeitos que eles tenham sido agora integrados e ficamos satisfeitos por deste modo termos criado condições para que Almada possa tirar melhor partido de um instrumento importante para a gestão do território e para a melhoria das condições de vida e circulação que é a ECALMA."

7.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão que eu conheço há imensos anos, tem uma capacidade de invenção fabulosa, mas não precisa de maneira nenhuma de inventar questões para afirmar as suas posições políticas. O Bloco de Esquerda votou contra a proposta que o PS aqui apresentou porque ela foi perfeitamente descabida no contexto em que tinha sido aprovado nesta mesma Assembleia Municipal, onde os Srs. iriam ter oportunidade e tiveram de apresentar esses aspectos. Ora bem, parece é que o Partido Socialista não gosta de ser ultrapassado em questão nenhuma. Não inventem questões, o Bloco de Esquerda aceitou a proposta da CDU de baixar à Comissão de Representantes a discussão sobre a possibilidade de alteração dos Regulamentos de Estacionamento da ECALMA. Logo na altura os Srs. manifestaram-se de forma nervosa acerca do Bloco de Esquerda ter aceite a proposta que a CDU apresentou. Nós na altura dissemos que senão tivéssemos aceite a proposta a nossa Moção tinha ficado chumbada e tinha ficado ferida de morte a nossa intenção de alterar alguns aspectos do Regulamento Especifico da ECALMA, daí termos aceite. Fomos para a discussão convosco, com todos, aliás três reuniões correram de modo profícuo e chegou-se a isto que está aqui. De maneira que não vale a pena continuar a fazer demagogia e continuar a bater no ceguinho, porque de facto o que nós fizemos foi votar contra a ineficácia da apresentação dessas propostas. Quando já estava aprovado nesta Assembleia que íamos discutir isso em reunião, como fizemos. Daí não percebermos qual é a intenção, de que de forma repetida vem aqui a nova aliança, mas vocês não sabem que o Bloco de Esquerda aprovou as Opções do Plano para 2011? Vamos daqui a bocadinho discutir e isso foi feito às escondidas de alguém? Vocês achariam natural que o Bloco de Esquerda se juntasse ao Partido Socialista, ao Partido Social Democrata para votarmos contra as Opções do Plano que a CDU apresentou? Jamais em tempo algum, porque isso era votar em coisíssima nenhuma. Aqui talvez já se aplicasse aquela regra que eu acho que no próximo Regimento devia de existir, que era, cada vez que fossemos interpelados ganhávamos um minuto, eu até corria o risco de não sair daqui toda a noite. Nós de facto já andamos aqui há imensos anos, há aqui pessoas que já andam aqui há muitos anos. Não sei se conseguimos ganhar o estatuto de políticos porque isto também não é a vida da maior parte das pessoas que aqui estão, não sei se isto dá o estatuto de político, mas andamos aqui há muitos anos e sabemos de que lado devemos estar para defender a nossa terra e as gentes da nossa terra. Nós não fazemos baixa política nem entramos na politiquice e vamos provar isso. Temos muito tempo, aliás temos todo o tempo do mundo para provar isso."

7.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como sabem a posição do CDS-PP é uma posição que seria a extinção da ECALMA, mas o nosso contributo vai então naquilo que nós sempre dissemos, visto que de momento não será possível esse mesma extinção e não sabemos se algum dia ela vai acontecer, a nossa posição foi dar um contributo positivo e tentar melhor então o seu funcionamento. Neste caso eu quero desde já dar os parabéns a todo o grupo, penso que as coisas correram bem dentro das possibilidades, nós apresentamos alguns pontos, foi um ou dois aqui em consonância com este documento aprovado relativamente aos pontos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que nós apresentámos. Eu gostaria apenas de focar uma situação, embora o Sr. Vereador nos tenha dado essa informação que é relativamente ao Flexibus, ao qual nós apresentámos a proposta do Flexibus passar no Vale da Sobreda a qual o Sr. Vereador deu-nos essa explicação, nesse caso não ficamos convencidos e aquilo que nós vamos batalhar e visto que a TST não tem possibilidade ou não quer que seja, até porque é compreensível visto que as estradas no Vale da Sobreda são completamente intransitáveis, praticamente. Portanto as coisas têm que começar de outra forma. E aquilo que nós vamos insistir será nessa mesma situação do transporte Flexibus ou de outro transporte alternativo dentro do Vale da Sobreda. De qualquer maneira é um registo positivo todo este trabalho, eu penso que o grupo está de parabéns e queria deixar também já uma recomendação a todos os presentes, isto é também ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a todos os grupos municipais que estas Comissões possam funcionar mais vezes visto que estão fora dos holofotes, estão fora do calor da discussão política e parece que aí as coisas às vezes até funcionam um pouco melhor. Era isto só que eu gostaria de dizer, muito obrigado pela vossa atenção."

7.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que aqui se passou hoje leva-nos a reflectir sobre o que é ser pessoa e o que é fazer política aqui. O que é trabalhar construtivamente numa Comissão e o que é depois vir aqui fazer intervenções como algumas que ouvimos aqui. Nomeadamente e Sr. Deputado José Leitão é consigo que eu estou a falar. Este é um exemplo claríssimo em termos de conclusão que é o modo como poderíamos trabalhar muito mais vezes. E é o modo claríssimo como todas as forças políticas sem excepções conseguiram construir positivamente, com a intervenção da Câmara que esteve presente também numa reunião, aquilo que é um conjunto de medidas em que estamos todos de acordo com o objectivo de melhora o funcionamento da ECALMA. E portanto não é de modo algum o momento de estarmos aqui a dirimir quem votou contra ou quem votou a favor fosse do que fosse. Não vou aqui sequer perder um segundo a explicar porque é que votamos contra e porque isso está em Acta, foi explicado e em relação a todas as medidas que propuseram, muitas delas estão aqui, algumas redigidas quase da mesma maneira, outras com alterações de redacção que a nossa reflexão em Comissão veio a determinar e com a contribuição da Câmara. Nós temos aqui um documento para melhorar o funcionamento da ECALMA, para a volta de um conjunto de questões que têm que ser resolvidas no âmbito de uma Revisão do Regulamento com a qual ao fim e ao cabo estamos todos de acordo, e portanto este é o momento de mostrar ao contrário de outras coisas aquilo que nós dissemos na intervenção no dia 12 de Novembro e que podemos aqui reafirmar em todos os seus aspectos porque condensa a nossa posição essencial sobre esta matéria.

Quando querem fazer demagogia connosco, quando querem fazer baixa política, quando o vosso objectivo é apenas utilizar a argumentação para a luta político partidária no pior sentido que ela tem, nós estamos absolutamente indisponíveis. Nós fomos, somos e continuaremos a ser a força política que defende ao nível das leis deste País que não haja Executivos monocores, nós defendemos a nível das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

autarquias locais a cooperação entre as forças políticas e isto não é retórica, isto está aqui uma prova e uma demonstração. E chegamos todos a acordo, e é isto que deve ser salientado neste momento e não outra coisa, e podemos chegar a acordo em muitas outras coisas. Nós quando trabalhamos nas Comissões e quando começamos a construir coisas, no respeito pelas opiniões de cada um, que estão de facto até reflectidas no Relatório, nós conseguimos construir Almada.

7.3.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Isabel Moura:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não ia intervir porque nós tínhamos praticamente tratado de tudo na Reunião de Representantes e pensei que este documento não precisava de intervenção das pessoas que lá tinham estado presentes. De qualquer forma só para salientar que apesar de nós sermos uma força política contra a ECALMA, a existência da ECALMA, achamos que o trabalho tem que ser feito e devemos todos colaborar para o bem estar da Cidade. Foi essa a nossa preocupação e intervenção nestas reuniões. Não acho oportuno, depois virmos para aqui explanar mais sobre o assunto. O documento existe e a partir daí vamos aprecia-lo ou não."

7.3.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e verificado o quórum foi o documento submetido a votação sendo aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

É reconhecido que a mobilidade motorizada tem pesadas consequências sobre o normal funcionamento das cidades e a perda de qualidade de vida dos seus residentes e utentes.

Por outro lado, a economia das cidades e o bem-estar dos seus cidadãos depende também das condições em que lhes é proporcionado o acesso.

Entende-se que o funcionamento da ECALMA deve ser considerado no contexto da resolução dos problemas da mobilidade urbana e da preocupação crescente com a poluição do ar, o ruído, os elevados consumos de energia, a invasão do espaço público, como os passeios, a necessidade de melhorar os transportes, assegurando o direito á mobilidade a todos os cidadãos.

Neste contexto, a problemática do estacionamento é também questão importante a considerar, cuja politica tem que ser baseada na combinação de medidas relativas ao “número de lugares” colocados à disposição dos cidadãos e à “gestão” que é efectuada desses lugares através da duração, tarifação e fiscalização.

Consideraram-se as competências que se encontram regulamentadas para a ECALMA: a gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do código da estrada e legislação complementar (no cumprimento da Lei nº 53-F/2006) e a prestação de serviços conexos com estas actividades. Compete-lhe igualmente a gestão do *Flexibus* e a identificação e remoção de veículos em ocupação indevida do espaço público, com sinais de abandono ou em fim de vida.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Consideraram-se pressupostos orientadores os objectivos gerais da política de estacionamento que se encontram assumidos:

- A melhoria e aumento da capacidade de estacionamento destinado a residentes;
- O favorecimento dos utentes de curta duração no acesso às áreas comerciais e de serviços, implicando o princípio da rotatividade;
- A dissuasão do estacionamento de utentes de longa duração, os denominados pendulares;
- A redução do estacionamento ilegal, particularmente nos passeios.

Conclusões

Assim e sobre a revisão dos regulamentos

Sendo tempo de proceder à revisão dos regulamentos (geral e específicos) de estacionamento e circulação, considera-se que, no contexto dessa tarefa a concretizar em 2011, devem ser tidos em conta os seguintes pontos:

1. Desburocratização e simplificação do processo de obtenção do cartão de residente, continuando a assegurar o necessário rigor dos procedimentos e na recolha de dados.
2. Criação de condições que permitam, sempre que possível e mediante comprovação, atender às situações de apoio a munícipes idosos ou doentes, por familiares ou instituições.
3. Consideração do alargamento de parqueamento misto, potenciando a oferta de estacionamento aos utentes do comércio e serviços.
4. Manutenção dos títulos especiais de estacionamento disponibilizados aos comerciantes e serviços para uso dos seus clientes/utentes, com generalização da sua divulgação e alargamento do seu âmbito de aplicação.
5. Melhoria generalizada da sinalização, informando correctamente os utentes sobre normas e procedimentos adequados, assim como da existência e tipo de parqueamentos.
6. Estudo da possibilidade de considerar ao nível da atribuição do cartão de residente, a relação entre a titularidade do veículo e a sua posse útil.
7. Revisão do regulamento de cargas e descargas, tendente ao reforço da criação de espaços, de modo a atender as necessidades das empresas prestadoras de serviços.

Assim e sobre o funcionamento e procedimentos

Tendo parte significativa das reflexões incidido sobre questões que se relacionam com a intervenção concreta no terreno, consideraram-se os pontos seguintes:

1. Necessidade de informação ou reinformação pública sobre a missão e objectivos da ECALMA.
2. Clarificação e publicidade das normas em vigor e dos procedimentos considerados adequados, dirigidas a moradores e utentes.
3. Prosseguimento e aprofundamento da formação inicial e permanente dos trabalhadores.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4. Reforço da orientação inequívoca aos agentes no terreno para que se aproximem sempre mais das populações, quer defendendo-as dos prevaricadores, quer explicitando a sua missão, preventiva até onde for possível.

5. Apelar à intervenção responsável e cooperante dos moradores e utentes, constituindo-se parte activa do bom funcionamento, quer pelo comportamento cívico, quer pelas sugestões, críticas ou reclamações que entenderem justificadas.

7.4 - Entrou no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XLIII**).

7.4.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Actividade Municipal.

7.4.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A informação que vai ser apreciada pela Assembleia corresponde aos meses de Agosto, Setembro e Outubro, como habitualmente distribuindo o documento quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados, ele está em vosso poder e nós vamos usar o nosso tempo para os esclarecimentos que sejam suscitados, pelas perguntas que nos queiram dirigir."

7.4.2 - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Miguel Duarte, Fernando Pena, Bruno Dias, Miguel Salvado e a Presidente da Câmara Municipal.

7.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Presidente da Câmara desejava-lhe colocar aqui algumas questões no entanto ainda pegando na intervenção que fez há pouco relacionada com a questão do centro de Almada, gostava de lhe dizer uma coisa. Neste momento até já o Governo é culpado das pessoas não irem para o centro de Almada. Até onde chega de facto o sectarismo para efectivamente se dizer isto, que até já o Governo é culpado das pessoas não irem para o centro de Almada, a culpa é do Governo porque as pessoas não ganham, mas se a Sr.^a Presidente sair de facto de Almada e for a outros centros de outras cidades, vê-se centros valiosos, muita gente, pessoas a percorrerem esses centros e não o centro de Almada. Agora o que a Sr.^a não assume efectivamente foi o grave erro que foi cometido em Almada, e as pessoas iam, quem conhece Almada dos anos sessenta, Almada dos anos oitenta, a D. Afonso Henriques, a Capitão Leitão, esta não é Almada desse tempo, e não é Almada desse tempo porque a política da Câmara estragou o centro de Almada. Essa é que é uma realidade. A Sr.^a naturalmente procura arranjar argumentos, argumentos que não colhem, que não convencem ninguém, e eu já uma vez lhe disse e torno a dizer novamente, a Sr.^a saia do seu gabinete que é ali tão perto, desça a Bernardo Francisco da Costa, desça a Afonso Henriques e pergunte às pessoas, pergunte aos comerciantes e vai ver o que as pessoas lhe dizem. A Sr.^a não vai lá, eu aceito que tenha receio de ir lá, é um facto não vai lá,

Eu gostava de lhe falar de uma outra questão, áreas urbanas de génese ilegal. Na última Assembleia eu perguntei-lhe quantas já foram ultimadas e quantas estão para concluir. Eu na última Assembleia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

perguntei-lhe isso, a Sr.^a Presidente não respondeu, julgo que hoje efectivamente já está em condições de o fazer.

Depois, passando enfim pelo Relatório, as tais questões do "foi assegurado o acompanhamento da elaboração", "foi assegurado o acompanhamento da execução" que são coisas que no fundo dizem muito pouco. Eu gostava de lhe colocar mais algumas questões que têm a ver com o seguinte, e começo pela área dos espaços verdes. Numa Assembleia há cerca de um ano, realizada no Charnequense eu referi-lhe uma série de situações que existiam na Charneca de Caparica em termos de árvores secas, e árvores que precisavam de ser substituídas nomeadamente um exemplo concreto junto à Escola de Vale Rosal. E quero-lhe dizer que isso caiu em saco roto, passou o Verão as árvores lá ficaram, naquele espaço como a Sr.^a sabe que até tem muito espaço de estacionamento, em que podia efectivamente dar um conjunto harmonioso à zona, ficou em saco roto, não se fez absolutamente nada. Isso chama-se Sr.^a Presidente, incompetência e desleixo. É o que se chama, porque na verdade uma autarquia que é uma das suas funções zelar pelo equilíbrio ambiental tem que ter preocupações, uma árvore parte-se, uma árvore é arrancada, é substituída. A propósito de árvores arrancadas e não substituídas, eu também gostava de perguntar à Sr.^a Presidente da Câmara se essa é agora a política da autarquia, e vou-lhe dar um exemplo muito concreto, Rua Humberto Madeira, Quinta da Morgadinha, foram arrancadas seis árvores que lá estavam, naturalmente árvores de grande porte por ventura a pedido dos moradores, mas o que se fez foi pôr calçada em vez de substituir por outras árvores de pequeno porte, árvores mais próprias efectivamente para as zonas habitacionais, o que se fez foi pôr calçada, é uma questão que eu lhe coloco é se essa agora de facto é a política onde se arranca árvores coloca-se pedra nas árvores.

Depois Sr.^a Presidente, abordava um outro tema que é a questão da limpeza. O Relatório omite um aspecto importante, julgo que de propósito, mas isso é a minha interpretação, que tem a ver com a recolha de monos pelas Freguesias, ou seja, não refere o montante, a tonelagem que é feita na recolha de monos que é feita pelas diferentes Freguesias e era bom que o fizesse, até para conhecimento desta Assembleia, a quantidade de monos que são recolhidos pela Freguesia A, pela Freguesia B, para que a Assembleia pudesse aferir os meios que tem a Freguesia A e a Freguesia B. E eu sobre a questão da limpeza gostava de lhe dizer uma coisa Sr.^a Presidente que é muito importante. O que se passou este Verão em várias, eu direi todas as Freguesias a Poente da Auto-estrada, a Trafaria, Caparica, Sobreira, Costa e Charneca. Na Charneca então, quanto a mim foi a pior de todas. Por ventura por estar mais informado, porque moro lá, foi a pior de todas. Isto de facto não se pode continuar a passar, e também neste aspecto é incompetência e desleixo, autenticamente. E eu quero dizer muito claramente à Sr.^a Presidente da Câmara, eu tenho aqui o meu recibo de água, em Agosto paguei seis euros e dois cêntimos para a recolha de resíduos sólidos e o meu contentor que de acordo com o que este definido tem que ser recolhido, e eu peço desculpa de estar a pôr a questão pessoal, mas é o meu e é o de todos os outros, às segundas e às quintas, passou-se muitas segundas e muitas quintas que não foi recolhido e isto não pode continuar a ser. Eu não lhe estou a pedir, estou-lhe a exigir. Porque as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peças que moram para além da cidade são filhos de uma, e os que moram na cidade são filhos de outra. Não, são todos filhos da mesma e têm que ser todos tratados da mesma forma, e o que se passou na Charneca, e o que se passou na Costa, a Costa que a Sr.^a diz que é a nossa pérola, é uma vergonha, é preciso dizer aqui claramente, é uma vergonha, lixo por todo o lado. E agora a situação está um pouco melhor porque naturalmente é o Inverno, mas estou já a alertá-la, vamos ter uma Assembleia na Primavera, vamos ver como é que as coisas se vão processar. Mas eu digo-lhe uma coisa Sr.^a Presidente, isto não vai poder continuar assim, tem aqui um combatente sem tréguas, justamente por este mau serviço que a autarquia presta aos cidadãos. Não sei de quem é a culpa, de quem é a incompetência de alguém é, não é dos trabalhadores que andam lá, esses que andam lá não é de certeza, agora é preciso saber de quem é. E é preciso andar no terreno a ver se calhar é isso que muitas pessoas não fazem.

Depois Sr.^a Presidente gostava de lhe colocar aqui uma questão que tem a ver com o saldo. O saldo que é um saldo de vinte e seis milhões, é um saldo interessante, se calhar muitas Câmaras gostavam de ter, não é um factor negativo, é um factor positivo. E isto remete-nos para uma questão que a gente vai discutir quando for o Plano e Orçamento que é retirado às Juntas cinco por cento. E este argumento que a Sr.^a arranjou de dizer que retira porque o Governo retirou, portanto aqueles malandros retiraram à gente, nós fazemos uma coisa também vamos retirar aos outros, só que nós somos uns bons malandros, do Mário Zambujal, somos uns bons malandros e fazemos exactamente a mesma coisa e quando nós criticamos os outros porque fazem isto e nós fazemos igual somos piores do que eles. E isso é que é preciso ficar aqui claro, porque isto é de um oportunismo de tal ordem, retirar às Juntas estes cinco por cento quando a Sr.^a não tem razão nenhuma para isso e no Orçamento vamos ver isso. Vamos discutir e vamos provar que não tem razão, é muito simples, estamos a falar em noventa mil euros, que é aquilo que vai retirar às Juntas, e que vai fazer muita falta às Juntas, porque as Juntas prestam um serviço que é da competência da Câmara e que as Juntas fazem, e aquilo que a Sr.^a está a fazer é um aproveitamento político e não tem razão nenhuma para o fazer.

Depois eu gostava de lhe colocar uma outra questão que é a seguinte, mesmo de propósito foi aqui abordado hoje um problema que eu trazia aqui. Eu também recebi no meu e-mail um conjunto de situações que diz assim, as vergonhosas práticas da gestão CDU, desde tráfico de influências a favorecimentos diversos, até ao despedimento ilícito, passando por concursos viciados e nomeações ilegais com muita incompetência à mistura, há de tudo um pouco. E refere aqui uma série de nomes de pessoas. Eu não vou obviamente referir os nomes das pessoas. Acho que isso é deselegante fazer-se. Agora uma coisa é certa Sr.^a Presidente, eu depois da minha intervenção vou entregar este documento ao Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.^a depois poderá se entender consultar o documento, agora há uma coisa que é certa, são ditas aqui algumas coisas graves sobre pessoas, eu não tenho nada contra os familiares de alguém trabalharem na Câmara ou qualquer coisa do género, as pessoas por serem filhos ou primos têm o mesmo direito que os outros, não perdem esse direito, há regras naturalmente que têm que ser cumpridas e desde que as regras sejam cumpridas ninguém pode apontar o dedo por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhar lá este ou trabalhar lá aquele. Agora, o que aqui é dito de algumas situações, eu que conheço a Sr.^a Presidente, ou pelo menos conhecia, não a vejo, digo-lhe com toda a sinceridade envolvida nestas situações e era bom que também não viesse depois aqui à Assembleia explicar isso, mas que naturalmente caso por caso foi explicado a cada um dos Srs. Deputados Municipais a situação que aqui é escrita relativamente a algumas pessoas. Porque esta questão é assim, muitas vezes o silêncio normalmente é mau conselheiro, muitas das vezes usa-se o silêncio por se ter razão e no momento próprio actua-se ou usa-se o silêncio porque não se tem razão e não se tem argumentos para rebater. De forma que eu quero crer que o silêncio à volta disto, isto percorre ai, se calhar já toda a gente sabe do que eu estou a falar, toda a gente percebe, eu quero dizer que este e-mail eu não o reencaminhei para ninguém e a primeira pessoa a quem eu mostrei foi aqui ao Presidente da minha bancada, não o reencaminhei para ninguém, porque acho que são coisas complicadas, desagradáveis, mas é bom que a Sr.^a Presidente tome conta disto e depois faça de facto uma explicação sobre esta situação, eu penso que é importante."

7.4.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós queríamos referir que achamos positivo que a informação da Actividade Municipal referente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2010 tivesse sido enviado por e-mail, achamos até que se deve ampliar a prática do envio dos documentos por e-mail, acho que foi a primeira vez que a Actividade Municipal seguiu por e-mail. É um bom método e que deve-se tornar extensivo a outros documentos, nomeadamente às próprias Opções do Plano que também já seguiu em CD o que é bom. Esta Actividade Municipal está extenso e assim na prática as coisas se verifiquem acontecer, porque é importantíssimo.

Em resultado de levantamento efectuado ao estado de conservação do edificado procedeu-se à elaboração de sete propostas de intervenção relativas a um total de catorze edifícios, isto uma questão da reabilitação urbana, tendo por desiderato a definição/redefinição dos planos marginais da frente edificada, a relação dos edifícios com o espaço envolvente, cerceas e volumetrias dominantes.

Aquilo que nós colocamos é se a Sr.^a Presidente pudesse traduzir um bocadinho esta linguagem exactamente técnica e fechada, nós agradecíamos, para percebermos bem a que é que nos estamos a referir. Nota-se a preocupação de dialogar com os proprietários com o objectivo de promover acções de conservação periódica obrigatória no parque habitacional. Agora, a questão que eu queria, que são as acções de conservação periódica obrigatória. Isto é logo no princípio da Actividade Municipal.

Quando os proprietários não têm posses para fazer as obras como é que é tratado este assunto? Sobre a continuidade do trabalho com as AUGI's com vista à conclusão dos processos em curso, salientam-se uma série de situações que demonstra que existe neste momento um trabalho muito intenso à volta da questão das AUGI's, isso é muito bem vindo, achamos que houve aqui um dinamismo e esperamos que se traduza na prática pela resolução de problemas que nalguns casos se arrastam há muitos anos, mas queríamos perguntar porque não encontramos nenhuma referência à questão da Quinta da Carcereira.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não sei se isso é uma coisa que se coloca depois deste Relatório de Actividades, de qualquer modo ficava a pergunta, se há algum desenvolvimento relativamente à Quinta da Carcereira? Foi assegurado o desenvolvimento do processo de Revisão do Plano Director Municipal, nós achamos pouco e gostaríamos que fosse um pouco mais desenvolvido. O Programa RAMPA, o Regime de Apoio ao Município para a Solidariedade que foi aqui ontem comentado, é de facto uma coisa importante e que vamos continuar a falar nisto. Queria perguntar sobre a questão da Universidade Sénior de Almada, se me podiam referir duas ou três linhas, como é que está esta situação da Universidade Sénior de Almada? Depois foi assegurado o realojamento de agregados familiares oriundos do núcleo PER, Raposo de Cima, a questão que nós perguntamos é se podíamos ficar com uma noção do número de pessoas que foram envolvidas neste realojamento.

Na questão da promoção turística, que é apontado no Relatório de Actividades, quando se diz que foi assegurado o envio de material promocional, nós gostaríamos, isto é mera curiosidade, mas achamos que para o estrangeiro é muito vago, nós gostaríamos de saber para que país principalmente é que nós enviamos propaganda, digamos assim, do Concelho de Almada.

Depois, na página 12, diz que foi assegurada a monitorização das radiações electromagnéticas de antenas de comunicações móveis instaladas no Concelho. Eu pergunto onde é que nós podemos ver os resultados? Se estão online, se vão estar, o que é que podemos fazer, isto é mera curiosidade, mas com fundamento. Depois na página 13, diz que foi assegurada a manutenção do Observatório das Emissões de Gases com Efeito de Estufa, foi feita recolha e tratamento de informação, e também colocávamos a mesma questão. Nós achamos que este Relatório de Actividades está repleto de coisas com bastante interesse, nomeadamente no que diz respeito à actualização do inventário etnológico do Concelho de Almada, análise de resultados de diagnóstico da eventual alteração das comunidades piscícolas decorrentes das alterações climáticas. Nós também gostaríamos de saber onde é que podemos saber coisas sobre isto.

Vou colocar uma questão que é transversal a isto que tem a ver com inventariação de espécies de árvores autóctones típicas da flora mediterrânica e queria Sr.^a Presidente colocar a questão seguinte; na construção da IC32 foi cortado um Pinheiro a quem as pessoas davam o nome de tamanqueiro e que dizem que tem 450 anos. A questão que nós aqui gostaríamos de colocar é se não poderia ter sido feito nada para evitar o corte daquele Pinheiro. Se fomos surpreendidos de um dia para o outro, o Pinheiro está em risco e depois passados dois ou três dias o Pinheiro está cortado. Como é que estão as nossas instituições, o nosso Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, como é que nós reconhecemos o interesse destas espécies, e como é que nós podemos, digam se faz favor o que é que sabem sobre este aspecto. A questão da recolha dos óleos usados, ficamos satisfeitos que esta questão continua na Ordem do Dia, mas estamos ao nível da pesquisa de equipamentos, sobre isto, como estamos ao nível da pesquisa de equipamentos, como é que, se estamos para breve, ou se as coisas estão de facto ainda com algum atraso. E depois se fosse possível dizerem duas ou três palavras sobre o Plano de reconversão do Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, nós



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

agradecíamos. Por último, e porque não há tempo para mais, dizer uma nota muito positiva sobre as recolhas selectivas que foram feitas, 416 toneladas de vidro, 267 toneladas de embalagens, 513 toneladas de papel e cartão. Achamos que são dados muito positivos."

7.4.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Este documento em que persiste uma linguagem que muitas vezes é repetitiva, ambígua ou até inócua e já foram feitas várias observações no passado por diversos Deputados Municipais com sugestões não acolhidas pela Câmara Municipal. Apresenta o alegado Relatório da Actividade Municipal, mas é omissivo naquilo que é muitas vezes a Actividade Municipal ou a falta dela, e que tantas implicações tem no dia dos almadenses. E é um assunto que o CDS traz com recorrência e vai continuar a fazê-lo, é aquilo que parece ser uma desistência da Câmara Municipal face à degradação do espaço público. A limpeza não funciona, é um Concelho que está muito sujo, cada vez mais sujo e que parece só ser limpo em vésperas de eleições. É um Concelho muito, muito sujeito ao vandalismo, a graffitis, muitas vezes, é que há telhados de vidro e a Câmara não quer atacar o problema. E a crescente insegurança muito preocupante no Concelho de Almada. Há um aumento de criminalidade e isso faz com que as pessoas sejam expulsas, toda esta desordem, toda esta insegurança no espaço público faz com que as pessoas sejam expulsas ou para as suas casas ou para os Centros Comerciais.

O segundo aspecto é aquilo que é um retrato que é cada vez mais bizarro daquilo que a Câmara Municipal de Almada entende ser uma zona pedonal. Nós não concordamos que uma Avenida que é o eixo principal na Cidade seja pedonalizada. Mas se é uma zona pedonal e se a Câmara Municipal de Almada entende que deve ser uma zona pedonal, então assegure que ela é uma zona pedonal, porque esta deve ser a única Cidade do mundo em que uma zona pedonal tem um eléctrico a circular a 60 quilómetros por hora, tem autocarros permanentemente, tem motas, tem automóveis a toda a hora, tem estacionamento desregrado, desorganizado por tudo quanto é sítio, portanto não é uma zona pedonal, é aliás, ao criar uma falta de segurança aos peões que poderão acreditar que aquilo é uma zona pedonal, colocam em risco a segurança dessas pessoas sucessivamente. Ainda por cima, quando a identificação daquilo que são as várias zonas de circulação de peões de veículos automóveis e do metro, não são claras.

Um terceiro aspecto prende-se com, e isto torna-se mais grave face à situação de crise que vivemos e face à situação de carência que vive grande parte da nossa população, é a continuação de desperdício de dinheiro público em propaganda, em brindes, em jantares festivos, em festas, em ajustes directos bizarros, em subsídios que continuam a surgir sem critério aparente. Outra coisa que não surge neste Relatório e que aconteceu neste período, foi o isolamento da população do Vale da Sobreda, já não bastava aquela população ser votada por esta Câmara a condições indignas há tantos anos, indignas, impróprias para qualquer cidade civilizada, agora a população está quase isolada.

Pois é, o Pinheiro. Pois é, o CDS alertou. A seguir ao pinheiro vai o cruzeiro e vai o monte da cruz, porque um movimento de cidadãos alertou, o CDS apresentou uma proposta de protecção que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

maioria comunista recusou. E o resultado está à vista. O IC32 destruiu o Pinheiro, o IC32 vai destruir o Monte, e o IC32 vai destruir o Cruzeiro. Pode conserva-lo, não no mesmo sítio, é um património histórico, é um património espiritual e o Município tem o dever de estar na primeira linha da sua defesa. E portanto é um assunto que preocupa e que esta maioria não quis resolver.

Finalmente outro aspecto que não aparece, diz respeito ao comércio. Não é verdade que tenhamos o retrato do restante país, aliás quem acompanha os noticiários de hoje percebeu que houve, aqui há resultados muito satisfatórios, até do comércio em algumas partes do país. Mas temos aqui a versão da realidade virtual da Câmara de Almada, que até conta catorze mil pessoas, não sei muito bem como, com certeza distribuíram bilhetes. Mas, recordando que esta foi a Câmara Municipal de Almada que promoveu o maior ataque ao comércio local deste Concelho, com a abertura do Almada Fórum e eu continuo a achar que é uma ironia que um partido que tantas vezes ataca o capitalismo faça uma catedral de consumo capitalista em pleno Concelho de Almada."

7.4.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Diziam os antigos que mais vale cair em graça do que ser engraçado. E de facto, quando nós temos na discussão política um mínimo de dignidade e um mínimo de ética, há ironias bem conseguidas e há outras que nem tanto, e há certas tentativas de ironia que não resultam. Nós ainda agora tivemos uma situação de mistificação, de deturpação da realidade, procurando confundir responsáveis, confundir causas e lançar como se costuma dizer, areia para os olhos das pessoas. Procurou atribuir àqueles que lutam e intervêm diariamente para combater causas e para transformar os problemas e encontrar novas soluções, naqueles que supostamente seriam os culpados dos problemas existirem. Vamos começar pelo princípio. O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte do PS veio aqui ironizar ou pelo menos tentar ironizar acerca do eixo central da cidade de Almada, e veio aqui dizer "vejam lá que até o Governo tem as culpas por não haver pessoas no centro de Almada". Ora, em primeiro lugar o Sr. fez essa afirmação depois de ouvir ou pelos vistos de não ouvir que ainda há poucos dias aquela mesma zona tinha tido catorze mil pessoas a frequentar o Mercado de Natal Amigo da Terra, ou seja, não encontrou pessoas onde elas estavam devia estar na rua mas não naquela, de braço dado com alguém, mas essa não é a questão central, o problema aqui é que pegou no problema pelo lado onde ele não existe, e não pegou no problema concreto. É que aqui a questão não é pessoas não lá passarem e não terem poder de compra, é perderem poder de compra. É haver frequência, haver vida, haver a existência, a passagem de muita gente naquela zona. E o desafio a demonstrar com dados concretos porque é que será na sua opinião mais difícil estacionar na zona central do que era há dez anos? Eu desafio a demonstrar, se é mais difícil estacionar uma viatura com a oferta de estacionamento que existe no eixo central de Almada, esta situação que hoje existe, que é comparável com qualquer zona de centro urbano de uma grande cidade ou de um Município da Área Metropolitana de Lisboa, do ponto de vista da oferta disponível de estacionamento, e relativamente a essa disponibilidade de estacionamento e a essa disponibilidade e até a frequência, a afluência de população, é por outro lado confrontada com uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

situação que é quase insultuoso tentar ignorar e escamotear, é que as pessoas têm cada vez menos dinheiro para consumir. E isso é verdadeiramente evidente e levanta esta indignação que dispensa levantar a voz e dispensa gritaria, mas que não é menos indignação por causa disso. Então os Srs. do PS no Governo cortam nos salários, congelam as reformas, promovem despedimentos, encerram serviços públicos, destroem emprego, promovem a abertura em termos legais das grandes superfícies ao domingo e essa situação que é uma política que destrói a capacidade aquisitiva das pessoas, que faz com que as pessoas não possam consumir e não possam ir ao comércio fazer as compras que gostariam de fazer, já não vamos falar das compras que os comerciantes gostariam que elas fizessem. Quando isto acontece não é possível brincarmos com isto dizendo que até parece que o Governo é que é o culpado, porque desta situação não há outros responsáveis, desta que eu acabei de dizer, dos corte dos salários, do congelamento das reformas, da destruição de serviços públicos, da destruição líquida de 72500 postos de trabalho que o Governo se gabou de apresentar a Bruxelas há pouco tempo atrás. Estas situações não têm outros responsáveis, tem mesmo que ser o Governo e dizer-se que é o culpado, e se não diz, porque não diz, dizemos nós. O Problema aqui, por outro lado, é que os muitíssimos centros urbanos que o Sr. Deputado Municipal disse que existem e que florescem na actividade do seu comércio local, teria sido muito interessante que dissesse quatro ou cinco exemplos, mas não deu nem três, nem dois, nem um, é que quando nós verificamos a situação, é que eu gostaria de ouvir os responsáveis que conhecem aquelas terras, que contactem os comerciantes daquelas terras ouvirem aquilo que é aqui acabado de dizer pelo Sr. Deputado Municipal dizendo que lá está-se muito bem, aqui é que se está mal. É que é muito difícil confrontarmo-nos com a realidade quando ela está lá muito longe. E dizer que aqui é que é difícil, lá está-se muito bem. E, quando nós verificamos que no eixo central da Cidade de Almada as coisas estão dramáticas e que a razão e a explicação é encontrada pelos Srs. Deputados Municipais, tem a ver com o facto de ali estar uma zona pedonal, sim senhor, tem trânsito a mais, tem autocarros que não deviam de ter que lá passar por uma razão muito simples, os autocarros quero dizer que só lá passam porque não existe uma política tarifária de transportes que nós no início defendíamos e estava prevista no Plano de Mobilidade e estava prevista no Plano de Mobilidade com esta simples fundamentação, o Passe Social vai servir para o Metro Sul do Tejo e vai haver um sistema de rebatimento de transporte terrestre em que o serviço rodoviário vai circular com o MST e não precisam de passar em simultâneo nos dois canais. Nós não vamos cansar-nos de repetir isto, vamos dizer isto as vezes que for preciso, até que se compreenda ou pelo menos que se deixe de deturpar esta verdade. Porque esta realidade que os Srs. não vão desmentir, enquanto for necessário por falta de medidas do ponto de vista tarifário de se resolver o problema do passe social e para as pessoas não serem roubadas relativamente a mais esta outra situação que é a da tarifa dos transportes, e terem que utilizar o autocarro porque o passe não dá para o metro, que é o que acontece com milhares de pessoas. Nós não vamos dizer, corte-se o trânsito dos autocarros, fica proibido, as pessoas que paguem mais nove euros se quiserem. Não é possível fazer isto, não é aceitável e não é possível imputar ao Município por uma razão que não é da sua responsabilidade. E em relação aos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

automóveis é uma situação que nós temos que compreender, a razão que tem a ver com o seguinte, seja do ponto de vista dos abastecimentos ao comércio local, que todos dizemos defender, seja do ponto de vista da vida concreta e diária dos moradores daquela zona que todos dizemos defender, não estaremos seguramente a falar da mesma coisa quando comparamos o atravessamento de uma ponta à outra da Cidade com a saída ou a entrada na zona de quem ali mora. Não podemos mistificar e não podemos deturpar a realidade, e portanto não podemos ter a atitude de quem entendeu sair à rua e dizer "olha vai ali um carro isto é uma pouca vergonha". Nós temos que saber o que é que se está a passar e relativamente à zona pedonal é preciso distinguir as situações e as origens e as causas dessas situações. E naquela zona onde o comércio local vive com dificuldades, porque vive com dificuldades na minha opinião, na nossa opinião, pelas razões que adiantei há pouco, fundamentalmente. É uma zona que não estará, convenhamos, em situação assim tão diferente para pior daquela que se vive na Cova da Piedade. Porque vejamos, se o problema é o trânsito não passar ali, se é aquela zona não dar passagem aos automóveis como dava há dez anos, se os automóveis para ir daqui de Cacilhas para a Costa ou para a Charneca têm de passar pela Cova da Piedade e não por ali pelo centro de Almada, então o comércio na Cova da Piedade estava tão florescente como aquele que o Sr. diz que está lá para Aveiro, lá para Évora, ou melhor. É claro que as lojas não são todas iguais, eu direi que a Gucci, ou a Rosa e Teixeira, e a Bentley também é um comércio local eventualmente, vende automóveis de luxo, esses de facto segundo as estatísticas que têm vindo a ser noticiadas, triplicaram as vendas, pois poderá, aliás as grandes marcas de luxo triplicaram as vendas, isso tem sido noticiado, mas não é esse o nosso problema, e essa não é uma questão de áreas urbanas, essa é uma questão económica, de outro tipo de mercado que não interessam para esta discussão, aquilo que tem a ver com as zonas da Cidade, que possam ser beneficiadas ou prejudicadas pelo tráfego automóvel, cai pela base o argumento de quem diz que uma zona está a ser prejudicada porque não há automóveis a passar ali com fartura. Porque nas zonas onde os automóveis passam com fartura o comércio também está à mingua, Srs. Deputados Municipais. E essa é a realidade que se demonstra de quem ou pelo conhecimento dos factos por via dos documentos, ou por conhecimento dos factos de falar com as pessoas, porque não vai encontrar um comerciante ou a maior parte deles das zonas que são atravessadas pelo tráfego automóvel, que lhe vai dizer que desde que lá em cima em Almada o trânsito não pode passar, isto agora está uma maravilha. Porque isto está mau, está mau para a generalidade dos pequenos comerciantes, está sim senhor. Isto está mau para a generalidade da população. E quando nós verificamos que está cada vez pior para a generalidade da população, não há automóveis a passar mais depressa ou mais devagar que resolva o problema."

7.4.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma intervenção breve, naturalmente dirigida à intervenção do Sr. Bruno Dias, para em primeiro lugar louvar o esforço que ele efectivamente aqui fez para tentar convencer e julgo que não convenceu ninguém. Em primeiro lugar porque daí já está toda a gente convencida e daqui deste lado presumo eu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também não convenceu ninguém com a sua argumentação. É porque há uma coisa Sr. Deputado, o Sr. disse e é verdade, está mau para a generalidade dos comerciantes, é um facto e quem tem uma actividade comercial seja ela qual for percebe isso muito melhor de quem efectivamente não tem. Mas eu também lhe quero dizer uma coisa, está mal para a generalidade dos comerciantes, mas está muito mais mal para aqueles que efectivamente estão ali. E era bom e eu teria até todo o gosto em acompanhar o Sr. Deputado, irmos um dia fazer uma visita à Afonso Henriques, àquelas lojas, depois subirmos a Bernardo Francisco da Costa passamos pela Rua de Olivença, vamos à Capitão Leitão, tem a minha disponibilidade, combinamos uma manhã e vamos lá, e vamos ouvir o que as pessoas dizem. Se as pessoas dizem que a culpa é do Governo ou se as pessoas dizem que a culpa é da Câmara. E aí é que a gente fica a saber. Ou as pessoas são todas estúpidas que efectivamente dizem que a culpa é do Governo e só o Sr. Deputado é que diz que a culpa é da Câmara, ou que a culpa é do Governo. Portanto os argumentos para além disso, a Festa de Natal que lá foi feita Sr. Deputado são oito dias, sabe quantos dias tem o ano? São os outros todos e os outros todos o Sr. não vê lá ninguém e essa questão dos catorze mil já estou como o Sr. Deputado disse, devem ter vendido bilhetes para contarem catorze mil, ou então puseram controleiros ali a contar para ver quantos é que lá iam. Eu não estou a falar dos controleiros do PCP Sr. Deputado, não estou a falar disso, peço desculpa, eu estou a falar de outros controleiros, controleiros é pessoas a controlar. Não estou a falar disso, desculpe lá não estou a falar disso, por amor de Deus.

Finalmente para terminar, é que o Sr. Deputado tem bom gosto, também deixou aqui claro pelas marcas que referiu, refere que é uma pessoa de bom gosto, aliás já tínhamos notado isso."

7.4.2.6 - O Sr. Deputado Miguel Salvado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedi a palavra porque também queria trazer aqui algumas questões mais da Actividade Municipal, como é nosso costume fazer algumas perguntas pedir algumas informações, é para isso que também cá estamos, é para isso que serve a Assembleia Municipal. Como estamos em Cacilhas, Quinta do Almaraz gostaríamos de saber em que ponto é que está o processo, se há novidades, se não há. É com preocupação que continuamos a ver a zona da Ramalha agora depois de ter sido inaugurado o Centro Paroquial aquela valência do Centro Paroquial da Cova da Piedade e o respectivo arranjo da Capela de São João Batista, o estado em que se encontra o outro lado dos antigos depósitos do gás estão completamente ao abandono, aquilo é uma lixeira pegada, está tudo sujo, tudo grafitado como é costume, e não vemos meio daquilo ser alterado.

Em relação também a alguma falta de limpeza que se tem notado e alguma falta de limpeza que há pelo Concelho em geral mas particularmente para não variar na Charneca de Caparica, na Costa da Caparica, saber em que ponto é que está também a situação das carrinhas dos monos, as novas carrinhas. Congratulamo-nos por finalmente a Câmara ao final de tantos anos de aparecer no Relatório de Actividades a questão das vias periféricas da Aroeira. o arranjo da Avenida Egas Moniz, e Avenida Afonso Henriques e congratulamo-nos porque está um arranjo bem feito. Não é todos os dias, mas está



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

bem feito. Agora é preciso é que continue para o resto e é isso que nós desejamos, porque não é bom sair de uma rua que está impecável e está para uma rua que depois é uma rua de terra batida, uma poeirada, etc, esperamos que continuem finalmente ao final de tantos anos.

Já que estamos nessa zona do Concelho, falamos então mais uma vez, pela terceira, quarta, já nem sei, da Herdade da Aroeira e as suas vias. Em Abril deste ano houve uma visita ao local por parte do seu Arquitecto Veríssimo e uma equipa, técnicos da Câmara, não interessa quem, técnicos da Câmara, fizeram uma visita ao local, fizeram uma visita detalhada, inclusive com a Associação de Moradores, com comerciantes, gostaríamos de saber em que pé é que está isso, porque inclusive havia algumas infra-estruturas que existiam lá dentro, o conhecimento dessas infra-estruturas foram transmitidas aos técnicos da Câmara, algumas, eles até desconheciam como os cortes de ténis, eles não sabiam que aquilo existia da forma como aquilo existia, e todos os problemas das suas vias e dos seus espaços, como é que está essa situação?

Em relação à discussão pública que está a decorrer sobre a Rua Cândido dos Reis e adjacentes e eu gostava de vos transmitir, penso que está aberta até Janeiro e vamos participar e temos uma sugestão que fica já aqui dada, até pela complexidade do próprio assunto. Sabemos que a Câmara já pensou nisso, mas gostaríamos que realmente pudesse ser implementado, acho que era importante que era a criação da tal zona de passagem pedonal a meio da Rua Cândido dos Reis, que permitisse um acesso à parte de trás ao parque de estacionamento para que permita que as pessoas realmente usufruam do parque de estacionamento do Morro de Cacilhas e que possam atravessar logo a direito para a Av.^a Cândido dos Reis, em vez de irem dar a volta por cima da Rua da Junta de Freguesia, ou por baixo pela zona do Largo de Cacilhas, acho que era importante, é um contributo, acho que a Câmara se quiser também tem os meios e consegue, porque era uma forma de levar pessoas para estacionar e facilmente passavam. Porque nós falamos com as pessoas nas rua e eles dizem-nos isso e acho que era um contributo importante para que esta zona pedonal pelo menos funcione e para que esta não seja outro problema como tem sido no centro de Almada.

E um pedido de informação em relação à Estrada Regional 377/2, saber se a Câmara tem alguma informação de novo sobre essa situação e em que pé está o início ou não dessa obra.

Para terminar, deixar aqui uma palavra. Eu gosto sempre de ouvir as intervenções do Sr. Deputado Bruno Dias e aprendo com elas e gosto de o ouvir inclusive na própria Assembleia da República e gostei da sua intervenção hoje, porque permitiu-nos, dá-nos uma visão diferente e até foi uma intervenção diferente do que é habitual no Sr. Deputado. Eu até posso tentar compreender, mas custame perceber como é que em zonas como na Amora, e eu volto a trazer este assunto aqui, ou no Laranjeiro, ou até mesmo na Cova da Piedade, é verdade que há dificuldades, mas não se vêem tantas lojas fechadas como se vêem no centro de Almada. Eu acho que é isto que seriamente temos que falar. Não se vêem as lojas fechadas em tanta quantidade. Eu não vejo tantas dificuldades noutras zonas comerciais, eu já nem vou para Lisboa, eu fixo só aqui no Distrito, vou aqui à Amora, vou ali à Baixa da Banheira, vou aqui até ao próprio Laranjeiro, até algumas zonas da Cova da Piedade, alguma coisa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

está mal não é para atirar as culpas a este, àquele ou ao outro, é o Governo, é a Câmara, não interessa, vamos tentar é resolver isto, porque há aqui alguma coisa que está mesmo muito mal. E a verdade é esta, o centro de Almada neste momento é no Almada Fórum. Infelizmente é verdade. O Centro de Almada eu li esta frase no outro dia e é verdade. O centro de Almada é no Almada Fórum. Nós vamos ao Almada Fórum aquilo está sempre cheio. Podemos dizer, as pessoas andam a passear, não fazem compras. Tudo bem, mas eu ainda agora falava ali com a minha amiga e companheira Ana Moura e ela me dizia que no outro dia numa loja lhe disseram, "nós nunca vendemos tanto", naquele tipo de conversa de ocasião dizia que a crise estava difícil e era uma loja normalíssima de coisas baratas e a pessoa dizia "nunca vendemos tanto". É isto que nós temos que pensar, será que são eles que estão errados? Será que somos nós que estamos errados? Vamos pensar sobre o assunto."

7.4.2.7 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós trabalhamos todos os dias, todos nós, e na Câmara Municipal e nos SMAS também e o que nós trazemos a esta Assembleia é o trabalho feito durante três meses. Hoje também se trabalhou e a partir de segunda-feira também se vai continuar a trabalhar. Mas não é desse trabalho que este Relatório fala, ele fala do trabalho que se fez em Agosto, Setembro e Outubro. E penso que seria interessante que a avaliação do que aqui está pudesse ter merecido a atenção e a intervenção dos Srs. Deputados. Afinal o Município está ou não está a intervir em todas as áreas da vida de todos nós. O Sr. Deputado Luís Filipe colocou, foi o único que colocou aqui um conjunto de questões objectivas, dizendo temos vários trabalhos, falou de variadíssimos, de trabalhos de grande alcance e singulares do ponto de vista dos Municípios Portugueses, por exemplo o Observatório sobre as alterações climáticas, mas referiu-se também a muitos outros que estão em desenvolvimento. A própria monitorização das radiações electromagnéticas, etc., etc.. Isto quer dizer que há aqui trabalho técnico que se está a desenvolver no nosso Concelho e é particularmente importante para todos nós. É bom que haja a curiosidade por se perceber do que é que se trata, que resultados estão obtidos ou vão ser, e para que é que isto serve.

Acho que isto é muito importante, e não tenho aqui a resposta Sr. Deputado. o trabalho é um trabalho continuado, é um trabalho técnico continuado que há-de chegar a resultados concretos, que nomeadamente o observatório dos gases de efeito estufa permite-nos perceber, acompanhar qual é a evolução ao nível dos edifícios, ao nível dos transportes colectivos, dos automóveis, etc., etc.. E com isso permite-nos também interagir com entidades, mas também com os nossos cidadãos, mas também ao nível da educação e sensibilização e também ambiental. Se nós lermos aquilo que está neste Relatório sobre a Actividade que de facto se desenvolveu nestes três meses, nós encontramos um alcance e uma profundidade de matérias extraordinariamente importantes para a vida de todos nós. Colocou questões pertinentes nomeadamente em relação a determinados termos técnicos, hoje este documento é feito pelos diferentes responsáveis das áreas técnicas, nós temos os Directores, os Chefes de Divisão e são obviamente essas pessoas que preparam a informação sobre a actividade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desenvolvida neste período. E naturalmente que nesta ou noutra situação aparecem os termos técnicos a cêrcia, a volumetria, pois a cêrcia é a altura. Quantos andares tem o edifício é a cêrcia. A volumetria o que é isto? É a área de ocupação multiplicado pela cêrcia, pela altura e dá o volume do edifício. Portanto, isto é importante porquê? Porque é preciso perceber qual é o enquadramento dos novos edifícios a ocupar os sítios que vão ser transformados, comparar com a envolvente, perceber se é equilibrado, se não é equilibrado, etc.. Eu penso que há de facto este tipo de abordagem que considero extremamente interessante e importante, porque também ajudará se ela for neste sentido a que pontualmente também determinado tipo de trabalhos que são feitos, possam suscitar a curiosidade e o interesse dos Deputados Municipais e possam ser objecto de apresentação enquanto no seu todo, possam ser objecto porque aqui estamos a falar de uma informação sobre uma actividade que é continuada. Portanto, quando se diz, acompanhar ou participar é porque no nosso Município existem muitas áreas do conhecimento que convergem para o mesmo projecto, para o mesmo trabalho. E há aqueles que têm a direcção desse trabalho, a quem esse trabalho está atribuído pela essência da técnica do trabalho e outros porque têm sabedorias, saberes complementares, têm que convergir para aquele mesmo trabalho dando-lhe o seu próprio conhecimento. Eu queria dizer que considero que estas questões aqui trazidas também nos vão fazer a nós pensar, ou seja, está lá, está mas o que é isto? Em que ponto, em que medida, em que momento é que este tipo de trabalhos podem ser apresentados e conhecidos? Ótimo, que bom é isso que nós queremos, que os cidadãos, que os autarcas conheçam aquilo que se está a fazer no Concelho e com que preocupações, com que objectivos, com que resultados? Hoje não posso naturalmente dizer mais do que isso. Quando se pergunta quantas pessoas no Raposo de Cima, não tenho aqui à mão. Mas por exemplo quando se fala das AUGI's e que agora há mais detalhe nas AUGI's, isto tem a ver também porque nós ouvimos, registamos. Preocupamo-nos em naturalmente ir ao encontro daquilo que são as preocupações sérias, legítimas, dos nossos autarcas e portanto o que nós fazemos é registar e procurar aperfeiçoar. Sempre se trabalhou nas AUGI's mas face a questões que repetidamente colocadas nós demos orientações aos dirigentes para no período em análise se reportarem às AUGI's cujo desenvolvimento, foi objectivo, houve uma etapa e dá-se informação e por isso elas aparecem com maior registo na informação sobre a actividade municipal. Falou de pessoas com futuros realojamentos, provavelmente é isso que tem que se fazer, quantos foram realojados, Depois queria deixar também nota de que nós em relação às situações de edifícios degradados, etc., etc.. A lei estabelece a forma como os Municípios podem intervir e naturalmente que os proprietários, as vistorias etc., têm que ser notificados a resolver os problemas que são da sua própria responsabilidade. Depois e é um processo longo, não é um processo linear, absolutamente, não é nada linear, e em situações extremas é possível (mas é preciso toda uma enorme tramitação), tomar posse administrativa, fazer as obras e depois cobrar coercivamente. Explicar isto ao detalhe não é o momento, mas a lei, a legislação não é linear, não é rápido, mas existe legislação que permite chegar depois de tempo processual bastante prolongado a essas situações.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Faz-me a pergunta da Carcereira, não lhe sei dizer aqui, sei que há um trabalho de reuniões, porque as pessoas têm ido à reunião de Câmara a esse nível sei, porque a Vereadora tem nas reuniões de Câmara oportunidade de falar com as pessoas que lá vão, penso que já houve reuniões ou vão haver mais, é uma situação um bocadinho complexa, não é uma reconversão, está feito, há outro tipo de questões que têm que ser tratadas e resolvidas do ponto de vista formal, jurídico, etc., são situações cuja solução tem que ser analisada.

É fácil nós dizermos há ali lixo, eu acho que a grande preocupação de todos nós é de facto ter menos, estar mais limpo, mas também educar para que cada vez se suje menos. E também que cada vez haja menos lixo a ir para a estação de tratamento. Porque a factura do lixo é brutal, mesmo com uma insuficiência ou outra, claro que não é o Vereador que anda a conduzir os carros, nem sou eu, nem somos nós que avariámos os carros e andam os trabalhadores e fazem o seu melhor e é isto. Mas não se pode confundir a árvore com a floresta. E quando há uma insuficiência num ponto não quer dizer que a desgraça esteja aí generalizada e que a saúde pública esteja em causa. Porque o que nós verificamos é que a factura das toneladas de lixo que são entregues na estação é brutal, e o que é preciso é diminuir a factura, é preciso diminuir a quantidade do lixo que se põe nos contentores, é preciso separar cada vez mais e este é um caminho absolutamente fundamental, porque o que se gasta em lixo dá para fazer escola e meia. O que se gasta a pagar à AMARSUL de deposição de lixo dá para fazer escola e meia, e esta é uma questão que tem que nos preocupar a todos e que a nós nos preocupa muito. A educação nas escolas, é verdade que as crianças na festa de natal quando se fala se fizeram a árvore de Natal com os materiais comprados este ano ou se guardaram os do ano passado eles dizem que guardaram os do ano passado. E pergunta-se e a isso chama-se o quê? E todos dizem reciclagem. Eu também interajo com as crianças para perceber como é que as coisas também estão apropriadas, claro que os Professores fazem um extraordinário trabalho na Escola, eles interagem com os pais, mas todos não somos demais para puxar a nossa população para esta questão que é uma questão fundamental. Porque isto também é defender o Planeta, porque quanto menos lixo for depositado na estação, quanto mais separação existir, diminuir o que se deposita isso vale dinheiro e não se paga na estação de tratamento. Isto é verdadeiramente sério, e tem que nos preocupar a todos. As toneladas são gigantescas, nós olhamos para esta informação e diz-nos quantas toneladas em três meses foram recolhidas, foram depositadas, etc.. E o que eu acho que é louvável e devia ser é que nós temos um serviço de cooperação com as nossas Freguesias descentralizando com dinheiro, com viaturas, pagando as reparações etc., etc.. E está aqui a informação, também vem aqui. E percebe-se que temos 1288 toneladas correspondentes a 875 fretes para a estação feitas pelas Juntas de Freguesia. E depois percebemos que neste trabalho temos mais 608 toneladas correspondentes a 214 fretes feitos pela Câmara, ou seja, nós temos aqui à volta de 2000 toneladas e mais de 1000 fretes feitos pela Câmara e pelas Juntas de Freguesia. Eu acho que isto é uma situação também avançada, é uma situação que eu gostaria que nós pudéssemos sempre manter, que nunca voltássemos atrás, que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

podéssemos sempre manter este nosso projecto de cooperação com as nossas Juntas de Freguesias. Que ele se alargasse pelo país inteiro. Gostava muito.

Agora, quando nós depois falamos de árvores, também estão aqui dezenas de árvores que foram plantadas, também estão aqui 8285 m² de nova área verde que passou a ser conservada, também está aqui, para além dos hectares e hectares de área verde a ser conservada, e nesses hectares e hectares, estão milhares e milhares de árvores que estão lá vivas. Há uma árvore seca, mas meu Deus, uma árvore seca quer dizer que as árvores do Concelho de Almada estão todas desprezadas e secas? Que isto é o desmazelo? Por favor, eu acho que isso é bombástico, é demasiado e de facto não corresponde e não dignifica do meu ponto de vista quem o afirma.

Queria também deixar nota de que se calhar a gestão à vista é que fez o País chegar à situação em que está, se calhar olhar para o saldo e não pensar que se tomaram decisões e que as decisões custam dinheiro, é que levou o País à situação miserável em que se encontra. Nós não estamos nessa situação, porque gerimos aquilo que é público com muita ponderação, ou seja, não é olhar para a carteira, não é olhar para o saldo, é olhar para os compromissos, é saber que a obra que se mandou fazer tem que ser paga, e é preciso que haja dinheiro para que a obra seja paga. Eu sobre isto não me vou demorar porque acho que isto é de facto uma situação um bocadinho pobrezinha do ponto de vista da gestão e daquilo que é uma gestão seja de uma empresa, seja de uma Autarquia, seja da nossa própria casa. Depois também acho que há aqui uma questão, enfim a questão da criminalidade é uma coisa perigosa. Há temas que se procura pôr na ordem do dia para fazer política e para denegrir o Concelho, mas estamos a falar de pessoas que vivem neste Concelho. Nós falamos com as Forças de Segurança e sabemos que não é verdade, mas vemos que alguns jornais e não vou dizer nomes, que têm uma enorme atenção apenas e só relativamente a esta matéria no que diz respeito ao nosso Concelho. E isto tem objectivos, isto tem propósitos, propósitos inconfessáveis, eles existem porque nós falamos com as Forças de Segurança e não é esta a realidade. E nós reunimos e ficam perfeitamente boquiabertos, dizendo como é que é possível que se dê uma imagem do nosso Concelho desta maneira quando a situação real não tem nada a ver com aquilo que é publicado, empolado, difundido e fazendo notícia de Almada a esse propósito. Há aqui objectivos muito estranhos que se procuram alcançar com esta matéria. Porque isto é grave, isto é delicado. Queria também dizer que esta história já cansa, dos desperdícios dos jantares e dos relógios, e etc.. E eu quero dizer e vamos lá ser frontais, a Câmara Municipal não compra relógios para oferecer aos amigos, ou para oferecer à família. A Câmara Municipal compra relógios para oferecer aos trabalhadores que em cada ano fazem vinte e cinco anos de trabalho ao serviço da Câmara, são estes os relógios que se compram na Câmara Municipal. Os jantares na Câmara Municipal ou os almoços na Câmara Municipal foi no 25 de Abril, fez-se o almoço, recebeu-se depois de Santarém a Associação 25 de Abril no Concelho de Almada. E a Câmara Municipal fazendo o que pôde, mesmo assim com grande contenção do ponto de vista do custo por refeição, obviamente que ofereceu o jantar como outras Câmaras têm feito pelo País e mal seria que Almada uma terra de esquerda, uma terra de resistência, uma terra de Abril, não oferece-se o jantar do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

25 de Abril, comemorando com a Associação 25 de Abril e os militares de Abril o aniversário da Revolução. Esse jantar foi oferecido, não foi para a minha casa, não fomos nós que andámos a jantar. O almoço das trabalhadoras no 8 de Março, podemos contar pelos dedos as almoçaradas e as jantaradas. Sim, fizemos o almoço das trabalhadoras no 8 de Março porque celebramos o Dia Internacional da Mulher. Há quem não goste, no passado não era possível comemorar o 8 de Março, era tudo clandestino, mas nós ganhámos a liberdade, conquistámos a liberdade e as mulheres estão a fazer o seu caminho de emancipação, de direito a todas as profissões com toda a dignidade, e nós festejamos essas conquistas, mas também afirmamos a necessidade de continuar a lutar. É a luta contra o obscurantismo, sempre contra o obscurantismo. E no Dia da Cidade fazemos um grande almoço, um grande almoço onde estão todos os trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados e das nossas Freguesias, para comemorar o Dia da nossa Cidade, sim senhor, fazemos. E compramos agora dez mil presentes, dez mil caixinhas de madeira, o chamado dominó do Natal para oferecer a todas as crianças do nosso Concelho e o marcadorzinho aos nossos professores, são estes os prémios, é desta maneira que o dinheiro se gasta. Nós achamos que é bem gasto e Deus queira que nós consigamos continuar a ter esta possibilidade de dar atenção a quem merece ter atenção. Respeitar também com atenção aqueles que merecem ser reconhecidos e assinalar de facto grandes momentos da vida do nosso país e do nosso Concelho. Vamos lá ver se a gente deixa de ouvir falar disto, porque de facto já incomoda como também incomoda toda a questão de suspeições, o anonimato, agora como já há os blogues e estas coisas já não é só a carta anónima, agora também há os anónimos que vão para a internet dizer fantasias, levantar suspeições, mas isto tudo se conjuga porque isto tem tudo o mesmo objectivo e portanto é o objectivo de pôr em causa, é o objectivo de denegrir, é o objectivo de lançar a suspeição sobre quem está no Poder Local em Almada há trinta e seis anos. Depois também queria dizer que não me admira que venha a questão, estamos de facto no Natal e o Natal devia dar para outras coisas, pelo menos no Natal, que tivéssemos uma outra forma de nos olharmos uns aos outros, de nos aproximarmos uns dos outros, escrevermos postais tão lindos, dizermos coisas tão fantásticas e afinal de contas é só quando mandamos o papelinho, é bom que seja diferente. Mas eu já percebi que há aqui uma estratégia e a estratégia de pôr o centro da Cidade novamente na ordem do dia, é porque se sabe que as compras não vão ser nem aqui nem em lado nenhum. Aquelas que os comerciantes têm como expectativa, porque toda a gente sabe que é no Natal que há maior volume de compras em todos os anos, sempre. E o que se está aqui a procurar fazer é aproveitar essa situação que se sabe que vai acontecer, para voltar à cena de a Câmara é responsável, não é o Bloco Central que é responsável com as suas políticas, não é, não tem culpa nenhuma, é a Câmara Municipal vejam só. E isto colhe em alguns, porque as pessoas estão com dificuldades, porque as pessoas não vendem aquilo que precisavam de vender e naturalmente que isto é uma estratégia novamente para colocar na Câmara Municipal o odioso do problema criado pelo Bloco Central neste nosso País infelizmente de há um tempo a esta parte. E portanto eu queria deixar aqui também estas notas, porque também sou gente e dizer que o Almada Fórum há lojas a fechar, eu sei do que se passa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no Concelho, é que à zona central eu vou todas as semanas pelo menos duas vezes e ando por lá a pé, eu sei o que se passa na zona central, eu não ando de braço dado com nenhum dos Srs.. Os Srs. não estão sentados no Gabinete comigo, nem no gabinete nem em lado nenhum, portanto respeito, porque eu sei o que se passa, os nossos cérebros ainda não se ligam, era bom porque se se ligassem talvez soubéssemos melhor aquilo que vai verdadeiramente no interior de cada um. Portanto a zona central tem o problema do País, está-se aí a dizer que é preciso apoiar as micro e pequenas empresas, a dar apoio, vem as cinquenta medidas, as cem medidas, etc., estão mas isso é porquê? É porque está tudo bem? Então dêem só a Almada, porque é que não dão só a Almada, se o País está todo bem, venham essas ajudas para Almada, temos que reclamar. A Assembleia Municipal reclamar, reivindicar que esses apoios do Governo para as micro e pequenas empresas sejam canalizados para Almada porque aqui é que é preciso. Mas de facto eu acho que há hipocrisia, há oportunismo político e não posso deixar de o dizer. Não posso deixar de o dizer porque eu também sou política. Não sou só gestora dos números e dos Planos de Actividade, dos Orçamentos, também sou política e como também sou política, também tenho toda a legitimidade para fazer a minha análise política e dizer o que é que eu entendo sobre as estratégias que estão por aí a ser construídas, armadilhadas."

7.4.2 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra, encerrou-se o debate em apreciação da Actividade Municipal.

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião a realizar no próximo dia vinte de Dezembro, segunda-feira.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José Sousa Matos, José Manuel Raposo Gonçalves, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, Nuno Filipe Miragaia Matias.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Aníbal Martins, Boletim Municipal DIRP - CMA e de trinta e seis Senhores Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 18 de Dezembro de 2010.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____